



FOLHETIM

XI DE MAIO

Jornal da Faculdade de Direito
 Universidade Federal de Goiás
 Goiânia - GO

Ano VIII - nº 13
 Junho de 2025



ESPECIAL
ENTRE LINHAS E LEIS
 Página 8

EDITORIAL
ELEIÇÕES 2024
 Página 2

CULTURA
QUE HISTÓRIA É ESSA DE BRAT?
 Página 10



FOLHETIM XI DE MAIO

Ano VIII - Nº 13, junho de 2025

<https://folhetim.direito.ufg.br/>

CONTATO

falecomfolhetim@gmail.com

EQUIPE EDITORIAL

Ana Clara Castro | Ana Clara Chagas |
Camila Vućik | Gabriela de Moraes Teles
| Gabriel Moreira | Geovanna Gomes
| Giovanna Neri | Jordana Rosa | João
Pedro Elias | Júlia Mota | Júlia Soares |
Manuela Honório | Raianny Lacerda |
Sara Santos | Tássila Pinto

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Bárbara Borges | Henrique Zago | Kaio
Giovani | Pedro Feijó | Samara Santiago

As edições anteriores desse jornal estão
disponíveis na página da internet [https://
folhetim.direito.ufg.br/](https://folhetim.direito.ufg.br/)



REITORA: Angelita Pereira de Lima

VICE-REITOR: Jesiel Freitas Carvalho

DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO:

José Querino Tavares Neto

VICE-DIRETORA: Silzia Alves Carvalho

www.direito.ufg.br

Praça Universitária, s/nº, Setor Universitário,
Sala 7-A, Faculdade de Direito da UFG,
Goiânia - Goiás
CEP: 74.605-220

Impressão: **CEGRAF UFG.**

Tiragem: 1.000 cópias.

EDITORIAL

ELEIÇÕES 2024: ESTAMOS PREPARADOS PARA OS PRÓXIMOS ANOS?

Assim como a queda das folhas marca o outono e o frio marca o início do inverno, bandeiras, carros de som, músicas animadas cheias de enaltecimento a figuras específicas, santinhos sendo entregues na rua, nas caixas de correio e até mesmo compartilhados nas redes sociais marcam a chegada do período eleitoral. 50 dias são destinados à divulgação dos candidatos, que espalham ao máximo seus rostos, objetivos e principalmente, seu número de campanha. Apesar dessa grande mobilização, muitos não dão atenção ao momento crucial onde serão escolhidos o prefeito e os vereadores que estarão no poder pelos próximos anos.

Mesmo pessoas tão engajadas nas eleições presidenciais, agora se omitem, preferindo votar nulo, em branco ou nem ao menos votar, deixando claro que acham mais cômodo pagar a multa do que exercer seu pleno direito de participação política. Sem entrar no mérito da frase clichê "se você não participa, depois não poderá cobrar" - que é certamente falaciosa, pois o governo deve buscar amparar a todo o povo, não só àqueles que cumpriram as suas expectativas - quando se abre mão da escolha, deixa-se que o processo democrático seja afetado, tanto pelo mau-caratismo de certos indivíduos que chegam ao cargo desejado, quanto pelos indivíduos imparciais que permitiram e colaboraram para que eles alcançassem tal posto. Ao não serem capazes de defender seus ideais de modo prático e efetivo, mesmo que por vezes os tenham bradado até academicamente, comprometem não só a si, mas a toda uma população, que mantém o sentimento de insatisfação e descrença quanto à mudança e a garantia de seus direitos básicos.

O Confronto

Para conseguirem a quantidade de votos necessária, os candidatos se valem de inúmeras estratégias para chamar a atenção. Nomes engraçados, propagandas eleitorais ousadas, posicionamentos que variam desde memes virais entre os mais jovens a opiniões conservadoras que conquistam os mais tradicionais, brigas, polêmicas, vale tudo para garantir a visibilidade nos momentos que antecedem a ida às urnas. Inevavelmente, o momento perfeito para se destacar é durante o debate eleitoral: nele, os candidatos a prefeito têm a oportunidade de fazer e responder perguntas direcionadas a seus opositores. Infelizmente, o que deveria servir para que os eleitores conhecessem a fundo suas opções de voto, acaba sendo uma competição sobre quem consegue ridicularizar mais em menos tempo.

Uma das figuras peculiares das eleições foi Pablo Marçal, candidato a prefeito de São Paulo, conhecido por declarações controversas e por tentar influenciar as pessoas a partir de histórias pessoais não muito confiáveis. No primeiro debate, um dos artifícios para tentar desestabilizar seus opositores foi mostrar uma carteira de trabalho, utilizando-a de maneira invasiva e desrespeitosa; em um país onde mais de 38 milhões de cidadãos trabalham de carteira assinada, mais de 8 milhões

estão buscando emprego e milhões se encontram em subempregos enquanto não conseguem uma oportunidade dentro da CLT, utilizar esse elemento como escárnio e forma de deboche soa desrespeitoso e insensível. Curiosamente, após o ato, o candidato cresceu nas pesquisas de intenção de voto. Outro acontecimento impactante foi o episódio onde o candidato Datena dá uma "cadeirada" no candidato citado anteriormente, após diversas ofensas e provocações vindas de Marçal, o que escancarou a falta de civilidade durante o processo eleitoral.

Em Goiânia, os debates giraram em torno de educação, emprego, saúde, transporte e infraestrutura do lixo. Porém, não se ativeram somente a esses assuntos, abrindo espaço para alfinetadas sobre políticos que haviam desistido da candidatura, opiniões sobre defender ou não a democracia e irresponsabilidades na gestão atual. Em cidades interioranas, o debate pode ser ainda mais acalorado, trazendo à tona até mesmo questões da vida pessoal do adversário; adultérios, vida boêmia, amizades e inimizades, tudo pode ser usado contra a campanha do colega. Nesse espetáculo, obtém êxito aquele que é capaz de falar aquilo que se quer ouvir, da maneira que se pretende ouvir.

Conhecimento é Poder

Tão importante quanto saber os cargos que estarão presentes na disputa eleitoral, é conhecer suas atribuições. O prefeito integra a parte Executiva do governo, enquanto os vereadores atuam no Legislativo. Aquela escola no seu bairro que está precisando de reformas? O postinho que não consegue suprir as necessidades da população? Uma rua sem asfalto ou uma quadra sem saneamento? Responsabilizaremos o prefeito, que deve se atentar às prioridades e distribuir os gastos. Há dúvidas sobre o direcionamento das verbas? É necessário elaborar novas políticas públicas? Hora de acionar os vereadores. É preciso entender que são a chave para garantir um governo eficiente, que atenda às demandas do cidadão.

Importante distinguir funções, pois prometer lutar, cobrar e dar visibilidade é uma coisa; prometer fazer é algo completamente diferente. Por isso, é tão importante construir um cenário político diverso. Prefeituras e câmaras homogêneas correm o risco de perpetuar cenários, mesmo quando negativos, e favorecer apenas um lado da história. É possível obter informações sobre a diversidade dos candidatos no próprio site do TSE, no perfil de candidatura, dentro da aba "estatísticas". Segundo o site, 66% dos candidatos são homens, pouco menos que a metade são brancos, e 98,2% são heterossexuais. Conhecendo a realidade, reconhecemos que não exercemos a democracia somente em função de nós mesmos, mas também por grupos que ainda possuem tão pouco espaço de representação.

Geovanna Gomes, graduanda em Direito pela Universidade Federal de Goiás e integrante da equipe editorial do Folhetim.

As opiniões expressas nos textos são de responsabilidade de seus autores e não necessariamente refletem a opinião da equipe editorial.



A produção desta edição do Folhetim XI de Maio foi custeada com recursos próprios da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (FD-UFG), com objetivo de fomentar o debate jurídico na academia e também a liberdade de expressão e o espírito democrático dos discentes, docentes e servidores que compõem a Faculdade.



Para encaminhar seu comentário a algum texto do Folhetim, poema ou qualquer expressão artística, envie para o e-mail: falecomfolhetim@gmail.com ou para o Instagram: [@folhetimxidemaio](https://www.instagram.com/folhetimxidemaio).

REALIZAÇÃO



@FolhetimXIdemaio

APOIO



fb.com/adufgsindicato

UM ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA E OS 61 ANOS DO GOLPE

Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.
Livro dos Conselhos

Os arquitetos do golpe e seus espectros

Nasci muito depois do fim da ditadura militar. "Graças a Deus", diria minha mãe. De fato, nascer e crescer nos anos 2000 no Brasil me rendeu regalias e conforto muito inéditos nas histórias geracionais, porém há fantasmas permanentes rondando o obituário daquele golpe de 6 décadas atrás. É como uma fenda na carne originária de um corte violento, apenas sutilmente cicatrizada e, com a devida licença literária, porcosamente suturada com fios tão finos quanto cabelos em decomposição. Ainda está ali, liberando espectros cujas tentações rondam o Estado Democrático através da cortina e encontram nas novíssimas e fresquinhas gerações um prato cheio.

Talvez nunca passe completamente, ainda que o Brasil seja submetido a uma intensa terapia e acompanhamento. Será que não tem cura? Será essa uma eterna assombração, com momentos de maior ou menor manifestação desses fantasmas? Década após década, a história brasileira foi reescrita sob os alicerces do que foi gerado após o golpe: o autoritarismo, a ofensa a direitos fundamentais e a repressão com uma roupagem à l'américaine. Se ao menos fosse novidade na trajetória brasileira – mas sabemos que não é, estamos cheios de experiências assim.

Há uma particular mancha de sangue em cada ofensa à Constituição manipulada pelos juristas do golpe para ser lida como o extremo oposto. O Ato Institucional n.º 1 (AI-1), não tão famoso quanto o mais comentado de seus 15 irmãos, o AI-5, coroou o ideário de "Revolução" que, por 21 anos, suprimiu a ordem democrática em nome do legalismo. Os fantasmas, na época ainda de carne viva, caçavam a ameaça comunista como cães farejadores, guiados pelo faro e correndo atrás do próprio rabo, sedentos por uma pista por si próprios plantada. Na dúvida, o alvo era o diferente, o "do contra", o ameaçador aos padrões repressivos adotados, o democrático. Nessa esteira, sob o fundamento da dita legalidade, os golpistas arquitetaram toda uma cadeia de instrumentos para o acobertamento das ações mais escabrosas, repugnantes, revoltantes, ilegais e imorais.

Sessenta anos atrás, erigiu-se um sistema – que não veio do nada, assim como tudo na história – capaz de reduzir direitos a pó. Crimes de Estado hoje esquecidos, como o genocídio de povos indígenas, escondem-se sob a égide do poder dominante, enquanto gerações choram a censura, os desaparecimentos, os estupros, os sequestros e a impunidade. Será essa uma eterna assombração? Quantas páginas dos livros de história valem cada uma das vidas ceifadas ou brutalmente alteradas pelo golpe?



A cegueira

Não enfrentar um problema não faz com que ele desapareça, apenas o mantém latente. Na mesma lógica, evitar o confronto com as heranças ditatoriais teve um preço para a transição à democracia, muito devido à falta de responsabilização dos crimes praticados por agentes estatais. Em caminho inverso ao esperado por um Estado que se pretendia e ainda se pretende Democrático de Direito, muitos dos arquitetos do golpe e seus agentes foram coroados e homenageados, seja com seus nomes em prédios, ruas e espaços públicos, seja em discursos de políticos hoje inegáveis.

Sessenta anos depois, a cegueira dominou a população, ainda que a maioria dos olhos consiga, de fato, olhar. Mas olhar é diferente de ver, e quem vê não automaticamente repara. Na era da tecnologia, estamos todos diante de uma mesma informação, ou melhor, milhares delas, deglutidas queira ou não queira ao rolar o feed ao longo do dia. Olhamos esses fatos a partir das mesmas estruturas oculares, mas estamos vendo as mesmas coisas? Estamos reparando nos mesmos trechos escandalizantes? Estamos atribuindo a mesma preocupação à ascensão e popularidade de políticos que vestem as roupas da ditadura e têm torturadores e assassinos como seus maiores ídolos?

Quando a maioria se mostra cega, é difícil acreditar que enxergar é uma vantagem. Sessenta anos atrás, enxergar poderia significar uma sentença de morte, um golpe de censura, um sequestro, tortura, repressão. Sessenta anos depois, a sensação que fica é que acabamos de passar, novamente, por outra transição à democracia. Dessa vez, deixaremos passar aqueles que atentam contra a integridade do Estado Democrático sem suas devidas responsabilizações legais? Nossa história recente já se incumbiu de evidenciar as consequências dessa inércia.

A lucidez

"Por que foi que cegámos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, Cegos que veem, Cegos que, vendo, não veem." – José Saramago.

Cazuza previu que o futuro repetiria o passado, e permanecer lúcida enquanto sentia os fantasmas vomitarem ofensas à Constituição e à Democracia, poucos anos atrás, sem o medo de serem punidos por isso me deixou um gosto amargo na boca. A política da amnésia tem seus efeitos, e nada é impensado. Desde o interesse em reformar o Ensino Médio – ora, quem estuda História? – até a violenta repressão àqueles que ousam discordar, pois, afinal, sessenta anos é muito tempo para se manter qualquer coisa na memória. Permanece latente o espectro da ditadura, como um vírus incubado, apenas esperando a primeira célula de boabeira para parasitar.

Penso que a memória liberta, e por isso somente consolidaremos uma base forte em oposição aos fantasmas da ditadura quando as vítimas do genocídio indígena, dos desaparecimentos, das torturas, das censuras e dos sequestros forem enxergadas e seus algozes devidamente responsabilizados. No ano de 2024, sessenta anos depois de tão vil acontecimento – ainda utilizando eufemismos –, lembremos. E aqui, deixo o verbo lembrar intransitivo, sem preposições, com todo o significado intrínseco a um lapso da história de nosso país.

A ditadura está mojada, e não é ignorando o fungo que o exterminaremos. O Estado Democrático de Direito, firme na Constituição de 1988, não é compatível com governos que homenageiam ditadores, que negam vacinas à população morrendo, que afrontam o Supremo Tribunal Federal – tão guardião da Constituição quanto nós, o povo –, que instigam tentativas de golpe, que instituem a cegueira como a última moda, que namoram com o autoritarismo e se casam com o militarismo. A Democracia, portanto, é e deve continuar sendo uma ameaça à cegueira, pois nada mais assustador para um ditador do que todos tenham os mesmos direitos.

Giovanna Neri, graduanda em Direito pela Universidade Federal de Goiás e integrante da equipe editorial do Folhetim.

1. Os ditadores da Bolívia, Hugo Banzer, do Uruguai, Juan María Bordaberry, do Brasil, Ernesto Geisel, e do Chile, Augusto Pinochet, em 1974 Foto: Agência O Globo/15-3-1974
2. Montagem com fotos de brasileiros mortos e desaparecidos na ditadura militar - PTSU/Divulgação



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL LEGAL:

O EXTERMÍNIO DOS JURISTAS?

Imaginemos um cenário no qual, diante de um conflito de interesses, basta inserir as informações factuais da lide – evidentemente com a devida documentação comprobatória – em um sistema de inteligência artificial (IA), e, como resultado, esse sistema decidirá qual deve ser a solução jurídica ideal para o caso concreto em questão. Um mecanismo de silogismo jurídico perfeito. A plena satisfação do brocardo latino *mihi factum dabo tibi ius* (dá-me os fatos que te darei o direito). Tal ideiação pode parecer, à primeira vista, bastante positiva e revolucionária. Há aqueles que ficariam maravilhados, não somente com a praticidade desse instrumento, mas, para além disso, com a possibilidade de se atingir um maior nível de segurança jurídica, uniformizando os entendimentos. Todavia, na verdade, isso corresponderia a um retrocesso jurídico histórico, uma redução do Direito a uma espécie de positivismo, uma reedição da Escola da Exegese.

O processo de automação do trabalho existe desde os tempos em que surgiram os maquinários mais elaborados, despertando, por exemplo, a fúria dos ludistas. Com o desenvolvimento dos sistemas de inteligência artificial, esse processo tornou-se mais amplo, atingindo não somente o trabalho mais mecânico, como também o trabalho intelectual. Com isso, surge o receio entre profissionais e acadêmicos do Direito de serem substituídos por computadores em um futuro próximo. Entretanto, conforme já adiantado acima, essa possibilidade não parece, ao menos nos moldes expostos, apresentar potencial para tornar-se realidade.

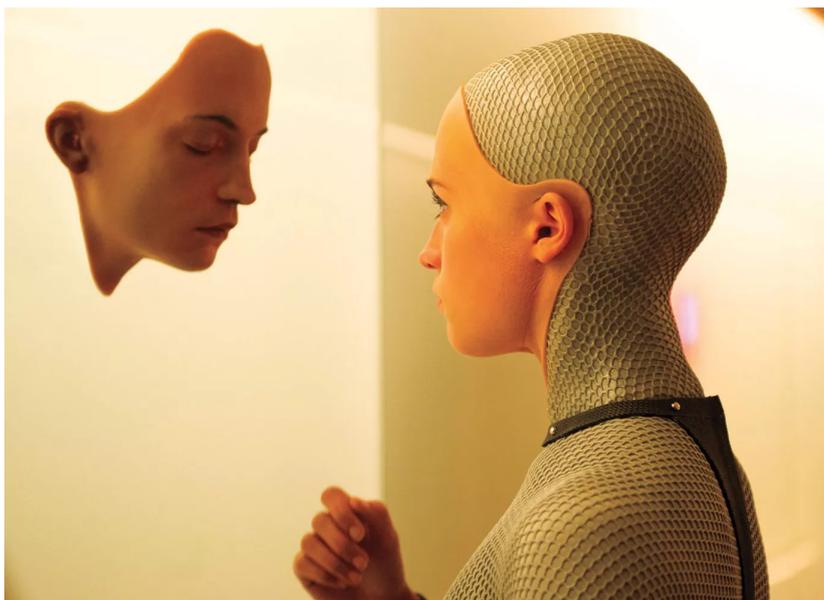
A partir do chamado giro linguístico, passou-se a ter uma nova concepção do Direito e dos elementos formadores de uma decisão jurídica. O simples silogismo jurídico perdeu força, de modo que deixou-se de pensar a aplicação da norma conforme o mero texto legal, isto é, utilizando-se do artifício da subsunção. Percebeu-se que o Direito não é composto somente de premissas, que reunidas são capazes de chegar a uma conclusão lógica.

Nesse sentido, Ronald Dworkin nos apresentou o conceito dos nomeados *hard cases*. São os casos em que não há norma aplicável ao caso concreto, em que há mais de uma norma aplicável ou em que a solução encontrada à situação causa estranheza extrema aos costumes e à coletividade. Tratam-se de situações, portanto, nas quais as decisões precisam ser fundamentadas de maneira objetiva, mas também de modo subjetivo, ocasiões que dependem do desdobramento do julgador sobre a questão. Com isso, quer-se dizer que não há requisitos objetivos pré-estabelecidos para chegar-se à decisão. Essa decisão depende da interpretação, do entendimento do julgador sobre o caso, promovendo uma reflexão a partir de sua bagagem de conhecimentos jurídicos. Logo, há subjetividade, mas é uma subjetividade que deve ser fundamentada no ordenamento jurídico, afinal, desde a superação do Estado Moderno, não há mais espaço para o decisionismo. Assim, faz-se necessário questionar: como decidiria um

sistema equipado com IA diante de um *hard case*?

Vale mencionar, ademais, pensando ainda em situações de conflito normativo, a teoria do sopesamento de princípios, de Robert Alexy, utilizada nos cenários em que, no julgamento de um caso concreto, dois ou mais princípios restam conflitantes. Cabe ao julgador, por conseguinte, decidir qual princípio, em cada caso concreto específico, deverá prevalecer sobre os demais. Para tanto, deve lançar mão de técnicas inevitavelmente dotadas de subjetividade.

Para além dos dois teóricos mencionados, existem outros diversos que foram responsáveis pelo desenvolvimento de uma hermenêutica jurídica e, com ela, de uma nova forma de pensar o Direito. O que se busca demonstrar com isso é que, não raro, o julgador se vê diante de situações nas quais é imprescindível pensar de maneira subjetiva. Essa dinâmica, portanto, revela-se incompatível com o “pensamento” artificial. O horizonte hermenêutico dos sistemas de IA é composto apenas da objetividade daquilo que neles é inserido. Logo, ainda que um



computador contenha toda a legislação do ordenamento jurídico brasileiro e todo o entendimento jurisprudencial e doutrinário já produzido e seja aprimorado para responder corretamente ao comando fornecido, não conseguirá passar disso, uma vez que é incapaz de realizar reflexões e interpretações – ou seja, “pensar por conta própria” – e, dessa forma, não está capacitado para decidir nos casos em que a subjetividade se mostra necessária. Até mesmo porque normas, doutrinas e jurisprudências, muitas vezes, apresentam divergências entre si, cabendo ao operador do Direito interpretar a solução ideal ao caso concreto. Além disso, certos entendimentos jurídicos se alteram ao longo do tempo, de modo a acompanhar o desenvolvimento do pensamento coletivo. Para que isso ocorra, para que se interprete as mudanças e se promova novas maneiras de pensar o Direito, é necessária a figura do jurista.

É importante perceber que as questões acima expostas não se limitam à figura do julgador. Relembre-se que as decisões judiciais são condicionadas aos pedidos formulados

pelas partes. Assim, o procurador de cada parte precisa, primeiramente, ao se deparar com o caso concreto, analisar objetiva e subjetivamente – conformes seu horizonte hermenêutico – os elementos do caso e, nesse sentido, determinar as demandas, requerimentos, impugnações, etc., que serão levados ao olhar do Poder Judiciário. É possível afirmar que, antes da decisão judicial ser formada, cada parte processual já tem a sua decisão de como a controvérsia deverá ser solucionada e, então, submete seu entendimento à apreciação judicial. Com isso, a subjetividade também exerce papel fundamental na atuação daqueles que exercem a função de procuradores.

Ainda, vale dizer que essa concepção não se limita ao processo civil. Na investigação criminal, por exemplo, a análise dos elementos do fato investigado requer, em certas ocasiões, um olhar subjetivo para determinar se há fundamento suficiente para a instauração do inquérito policial e, posteriormente, em caso positivo, se há fundamento para o indiciamento do acusado.

Outro exemplo é que, no processo criminal, o juiz, durante a valoração das provas, determina, de forma embasada, qual será o peso de cada prova constante dos autos para chegar à decisão proferida. Ainda que a valoração seja fundamentada, depende de uma análise subjetiva do julgador sobre a demanda.

Todas essas funções do âmbito jurídico, pela imprescindibilidade de análise subjetiva, dependem da capacidade interpretativa inerente aos humanos e que não faz parte do sistema de tomada de conclusões das IAs.

Diante disso, ressalta-se que o desenvolvimento hermenêutico é fundamental ao Direito, e o retorno ao positivismo com a utilização não controlada de IA representa um equívoco sob qualquer fundamento, inclusive sob a alegação de que os sistemas de IA corresponderiam a um aumento da segurança jurídica. Mais do que decisões padronizadas, deve-se buscar decisões corretas e adequadas

aos casos concretos, o que depende da capacidade interpretativa.

Por outro lado, isso não significa que a IA não deve ser utilizada na área jurídica. Não há prejuízos quando os computadores elaboram, a título de exemplo, resumos; modelos de peças jurídicas e de decisões judiciais e despachos de casos de baixa complexidade; sugestões de estratégias a serem seguidas; entre outras coisas, desde que supervisionados por um jurista, como já vem ocorrendo em vários setores. Sendo assim, cabe aos operadores do Direito regularem a inserção e a utilização de IAs no âmbito jurídico – o que deve ocorrer em um futuro breve –, de maneira a preservarmos preciosos anos de desenvolvimento teórico e prático acerca de uma condução mais interpretativa do Direito. Logo, caro colega, fique tranquilo, você não será substituído.

Gabriel Moreira, graduando em Direito pela Universidade Federal de Goiás e integrante da equipe editorial do Folhetim.

Foto: Susie Allnut, Ex-Machina dir. Alex Garland (2014)

PL DO ABSURDO

*We say "no" but they still hear "yes",
Blame our clothes and it's not all men,
But it's all women.*
(Not All Men - Morgan St. Jean)

Se você não vive em uma caverna, obviamente ficou sabendo a respeito do Projeto de Lei 1904/2024, o PL do estupro. Apresentado pelo deputado Sóstenes Cavalcante, do Partido Liberal, no Rio de Janeiro, o projeto de lei equipara os procedimentos de aborto seguro nos casos previstos no Código Penal a homicídio doloso se realizado a partir da 22ª semana. Com a aprovação de um projeto absurdo como esse, não somente a pessoa gestante será criminalizada, mas também o profissional de saúde que prestará o atendimento. Um retrocesso, de fato.

O ato de estipular prazo para que a vítima consiga denunciar, ser acolhida e buscar auxílio médico demonstra um ciclo vicioso de violência, o qual se agrava ainda mais ao condenar a pessoa violentada à prisão. É um desrespeito para com os Direitos Sexuais e Reprodutivos de meninas, mulheres e indivíduos que gestam no país tupiniquim, direitos os quais são parte dos Direitos Humanos, estando diretamente relacionados com o bem-estar físico, mental, político, econômico e social dessa parte da população ao redor do planeta.

Além disso, é relevante frisar que esses direitos sexuais e reprodutivos também são protegidos pela Constituição Federal de 1988, sendo baseados em princípios de liberdade individual, igualdade de gênero e, também, uma questão de saúde pública. Desse modo, é inquestionável que essa garantia constitucional se estende até os abortos em circunstâncias legalmente autorizadas. Então, por que os cenários em que sujeitos – principalmente homens, dentro da política ou não – ditam o que alguém deve, ou não, fazer com o corpo continuam se repetindo?

A maternidade não deveria ser uma obrigação pautada pelo Estado, cuidar do corpo de pessoas que engravidam não deve estar em uma de suas atribuições, o planejamento familiar é uma escolha da pessoa que gesta, se vai querer ou não prosseguir com a gravidez. É algo simples que todos podem facilmente compreender. Bem, na verdade, nem todos, ainda há seres de perspectiva "exótica" sobre o mundo que não conseguem entender e, quando eu digo isso, vocês sabem a quem estou me referindo, né? (conservadores e bancada religiosa,rs).

Ver que alguém pensou nesse projeto de lei e que outros apoiaram traz a sensação de retorno à sociedade mais primitiva da história da humanidade. Segundo uma pesquisa realizada pelo Atlas da Violência, meninas de até 14 anos são as principais vítimas de violência sexual em comparação com mulheres adultas, os dados revelando aumento vultoso no número de registros em 2021 e 2022, principalmente no pós-pandemia. A faixa etária de 5 a 14 anos foi a mais afetada, com um acréscimo de 73%, passando de 11.587 registros em 2020 para 20.039 em 2022.



*Cedit Romani ductores, cedit Graeci:
Obtruxit veltris femina luminibus.* *Veltra fuit magna victoria parta virum vi:
Et cecit laudis pars bona militibus.* *Barbarus vnus dextra cadit Induperator,
Defendit patrie perniciem vna manus.*

Para crianças de 0 a 4 anos, o incremento foi de 50,6% (de 3.441 para 5.182), e para adolescentes de 15 a 19 anos, a elevação foi de 41,6% (de 3.256 para 4.872).

O Atlas da Violência ressalta que esses dados são apenas os oficialmente registrados no Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) e que a estatística real é, certamente, bem maior ao considerar que muitos casos não chegam ao conhecimento das autoridades. Com esses números expostos, não é difícil perceber o quanto essa parcela do corpo social será desco-

munalmente prejudicada com o PL 1904/24 aprovado. Isso porque, quando essas pessoas jovens finalmente conseguem o auxílio necessário, a gravidez já está além da 22ª semana.

A bancada evangélica se esconde constantemente atrás do discurso religioso e moral para "justificar" o PL, fazendo um des-serviço contra a própria religião. São uma versão de lobo sob pele de ovelha, mas nesse caso, acobertam-se pela palavra de Deus para ocultar da sociedade a podridão de suas almas. São sujeitos tão bons, tão cheios do espírito santo que no primeiro semestre de 2024, se constatou a prisão de 82 pastores. Todos pelo crime de estupro. Que bênção.

Não se esqueçam da menina de 10 anos que foi estuprada pelo tio por quatro anos. O caso ficou conhecido em 2020. Apesar de ter obtido autorização judicial para realizar o aborto legal, Damares Alves, atual Senadora da República, na época Ministra da mulher, da Família e dos Direitos Humanos (irônico, não é?), participou da pressão contra a interrupção da gravidez da criança, vazando dados sobre a localização em que a equipe médica faria o aborto. Uma tentativa violenta de dissuadir a família da vítima a não seguir com o procedimento. A divulgação do endereço provocou a formação de um grupo de pessoas contrárias à intervenção em frente ao hospital, desejavam que a garotinha seguisse com a gravidez, mesmo com os riscos que isso traria à saúde dela. Essa exposição da menor de idade lesionou o Estatuto da Criança e do Adolescente, ferindo a dignidade, a liberdade de consciência e o direito à saúde. No fim, para ficar em segurança, a criança precisou viajar para outro estado para interromper a gestação. Contudo, mesmo que tenha conseguido escapar de um final trágico, que seria proceder com a gravidez, não há nada que desfaça o trauma provocado sobre a menina. A sua infância e a sua inocência foram arrancadas à força. Criança não é mãe. É frustrante que ainda seja necessário dizer

isso.

O Projeto de Lei 1904/2024 foi colocado como pauta urgente, mas está nítido que a urgência não é sobre a saúde das vítimas. É sobre reforçar o patriarcado. Potencializar o domínio dos homens. Fortalecer o poder que gostam de exercer sobre o corpo de meninas, mulheres e pessoas que gestam. É sobre aumentar desigualdades. Expandir a violência de gênero. É sobre ódio. Desumanização. Desordem e regresso.

Imagem:
Judith beheading Holofernes (c. 1610), by Cornelis Galle the Elder (Warsaw University Library)

OS IRMÃOS KARAMAZOV: UMA ANÁLISE PENAL DE DOSTOIEVSKI

■ Os Irmãos Karamazov" é o último romance publicado por Fiódor Dostoiévski, em 1880, pouco antes de sua morte. Considerado sua obra-prima, o livro é um profundo estudo psicológico e filosófico sobre a natureza humana, ambientado na Rússia do século XIX.

A história gira em torno da família disfuncional dos Karamazov, composta pelo pai Fiódor, um homem hostil e hedonista, e seus três filhos muito diferentes entre si - Dmitri, o mais velho, Ivan, o do meio, e Aliocha, o caçula. Quando Fiódor é assassinado e seu primogênito é falsamente acusado por este parricídio, os irmãos se envolvem em uma trama conturbada, permeada por crime, brigas, tentativas desesperadas de Dmitri de provar sua inocência e questionamentos existenciais sobre temas como fé, livre-arbítrio, moral e justiça. Com uma narrativa complexa e personagens inesquecíveis, é considerada uma das maiores obras da literatura mundial, marcando decisivamente o próprio pensamento ocidental, com passagens memoráveis e reflexões muito pertinentes para o âmbito jurídico.

O inferno são os outros: a culpa enquanto produto cultural e social

Na peça teatral "Huis Clos", escrita por Jean-Paul Sartre no ano de 1944, duas mulheres e um homem são condenados a permanecer eternamente juntos no inferno, de modo que cada um deles age como carrasco dos demais. Nesse contexto, foi proferida a emblemática fala "o inferno são os outros". Ora, não seria a maior causa do sofrimento humano a rejeição diante da exposição à alteridade e, como consequência, a vergonha e a culpa instauradas em cada um de nós, convencionalmente, submetidos ao interminável julgamento da sociedade? Essa noção se faz perceptível não apenas em uma seara subjetivista, no microcosmo das consciências individuais, mas também em uma perspectiva ampliada, como por exemplo, no que tange à aceitação cultural de crime e criminoso, culpado e inocente e em como esses estigmas conduzem o sistema de penalização formal.

Essa colocação serve enquanto perfeita epítome para o julgamento de Dmitri Karamazov pelo suposto homicídio de seu pai, posto que, sua condenação, ainda que estivesse totalmente desvinculado da autoria do crime que lhe era atribuído, foi-lhe imposta diante de uma "culpa" que emerge não da antijuridicidade de suas condutas, mas de um processo de frustração das expectativas coletivas e da moralidade prevalente no contexto em que a história se desenvolve.

Dmitri, enquanto um homem devasso, pródigo e nada dócil, torna-se um símbolo vivo de rebeldia, o que alimenta a sede coletiva por punição, ainda que fosse inocente. Desse modo, desde o início do processo, boa parte da opinião pública já havia se decidido sobre sua responsabilização, independentemente das evidências contrárias demonstradas. Nesse contexto, o promotor de seu caso realiza uma extensa acusação contra a pessoa do réu e todas as suas características passíveis de reprovação, ainda que alheias ao suposto parricídio. O júri, então, se transforma em um grande espetáculo no qual não apenas Dmitri resta inconsolavelmente humilhado frente ao linchamento verbal que sofrera perante o tribunal, como também a expectativa da sociedade espectadora e julgadora em condená-lo se faz irreduzível. Nas palavras do próprio autor, ainda que ciente de que fora falsamente acusado, "estava insuportavelmente desconcertado: todos vestidos, e ele nu, e, coisa estranha - nu, ele mesmo se sentiu como que culpado diante deles e, o pior, ele mesmo estava quase concordando que de repente se tornara de fato inferior a eles, que agora já tinham pleno direito de desprezá-lo" (DOSTOIEVSKI, 2008, p. 634).

E fato que, a pessoa que de alguma forma é concebida pela sociedade enquanto

elemento indesejado, seja por motivos de preconceito das mais diversas naturezas ou de rejeição diante da subversão do ideal de conduta, sofrerá de algum modo repreensão, podendo esta se manifestar de diversas maneiras: risadas, olhares de repúdio e exclusão de determinados grupos sociais, por exemplo, conforme os ditames dos padrões culturais de controle. Contudo, é possível que isso gere consequências mais severas, principalmente considerando que as instituições punitivas estatais funcionam, de um modo ou de outro, suscetíveis a influências exógenas. Isso pode acarretar em consequências mais severas, tais como a marginalização do indivíduo, que acaba expurgado da cidadania, e até mesmo seu encarceramento como forma não de reparação ou justiça, mas tão somente de "limpeza" social e segregação. Um olhar atento ao funcionamento degradante dos julgamentos diante dos que se encontram na condição de réu e da atuação muito especificamente direcionada do poder de polícia do Estado - cego para uns, com olhos de águia para outros - demonstram que essa problemática, infelizmente, transpõe a ficção dostoiévskiana.

Processo legal às avessas: quem vigia os vigilantes?

"Quis custodiet ipsos custodes?" é uma frase em latim do poeta romano Juvenal, traduzida como "Quem há de vigiar os próprios vigilantes?" e outras formas, como "Quem fiscaliza os fiscalizadores?".

O princípio da presunção da inocência, expresso no artigo 5º, LVII da Constituição Federal de 1988, é um dos fundamentos do direito penal moderno, corolário do devido processo legal. Essencial para a compensação da hipossuficiência do acusado diante da força massiva do Estado, ele determina que os indivíduos permaneçam na condição de inocência até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, exigindo também que a acusação apresente evidências concretas e não meros indícios, recaindo sobre esta o ônus probatório.

No contexto do julgamento de Dmitri Karamazov, esse princípio é flagrantemente violado, refletindo uma dinâmica social que se assemelha aos métodos inquisitoriais da Idade Média. Conforme supracitado, a acusação se baseia em boatos e na percepção pública do réu como um desordeiro, se agarrando a frágeis indícios para satisfazer o ânimo coletivo. Logo, a atmosfera teatral do tribunal, onde a presunção de culpa se impõe sobre a presunção de inocência, conduz a um veredito que ignora as garantias processuais básicas.

A defesa, por sua vez, se torna uma tarefa quase impossível, pois ele é visto como um criminoso desde o início do processo. A lógica do tribunal não permite que ele se defenda adequadamente; sua falta de eloquência e a incapacidade de comunicar seus sentimentos e intenções contribuem para a sua condenação. A narrativa, portanto, revela uma crítica contundente ao sistema penal inquisitorial, demonstrando a essencialidade do in dubio pro reo para evitar que muitos outros tenham o mesmo trágico destino que seu emblemático personagem, assolado pela contaminação vingativa do sensacionalismo justiceiro e pelo adoecimento de um sistema penal desumanizado.

Disso é possível tirar uma conclusão: é preciso zelar pela aplicação do princípio da presunção de inocência, sob pena de estarmos todos sujeitos a uma perigosa discricionariedade. É preciso vigiar os vigilantes para que a liberdade humana, um bem tão precioso, não seja injustamente suplantada.

O Grande Inquisidor

Por fim, uma última consideração se faz importante acerca do livro sob uma análise crítica e jurídica, sendo esta sobre a parábola "O

Grande Inquisidor", contada por Ivan Karamazov a seu irmão mais novo, Aliocha, de modo a oferecer uma profunda reflexão sobre a natureza da liberdade humana e a manipulação do poder.

A lenda se ambienta na Sevilha do século XVI, no auge da Inquisição espanhola. Ivan narra que, em meio ao sofrimento e à tortura dos hereges queimados na fogueira, Cristo aparece "na forma humana em que andou entre a humanidade por três anos há quinze séculos". Seu retorno à Terra não é como aquele que foi profetizado na Segunda Vinda, mas sim para consolar e inspirar "seus filhos" que imediatamente o reconhecem. Cristo move-se entre o povo, abençoando-os e realizando milagres, irradiando amor e compaixão. O Grande Inquisidor, um homem velho, testemunha esses milagres e ordena sua prisão, criticando Cristo por ter dado aos homens a liberdade, de modo a alegar que a maioria deles é incapaz de suportar essa responsabilidade e, portanto, prefere a segurança da submissão.

Essa autoritária personagem argumenta que a verdadeira felicidade só pode ser alcançada sob um regime que controle as consciências, utilizando da fé popular e autoridade para garantir a obediência e defendendo que, ao negar a liberdade, ele está, na verdade, proporcionando conforto e estabilidade à humanidade. Dostoiévski, ao explorar esses temas, não apenas critica a manipulação de massas da sua época, mas também antecipa os dilemas éticos e morais que surgiriam com os movimentos totalitários do século XX.

A interação entre Jesus e o Inquisidor é carregada de simbolismo. Enquanto Cristo representa a verdadeira liberdade e a possibilidade de redenção, o Inquisidor encarna a força opressora que teme a liberdade. Essa dinâmica pode nos levar a refletir sobre como tem funcionado nosso sistema punitivo: até que ponto encarcerar em massa e submeter a presídios em condições sub-humanas para satisfazer um senso de vingança é mais benéfico que zelar pela ressocialização? Em um país como o Brasil, em que a população carcerária ultrapassa 850 mil pessoas, num cenário de superlotação de unidades prisionais e, mesmo assim, há um acentuamento alarmante da criminalidade, bem como a popularização de um discurso sedento pela execução dos denominados "bandidos" - discurso este que se revela com frequência, muito contraditoriamente, naqueles que bradam moralismo e dizem promover a fé cristã e Deus acima de todas as coisas - não estaria o Grande Inquisidor mais do que contente com os rumos que temos tomado? Que resultados isso tem nos dado, senão o reforçamento de um ciclo incessante de violência?

Essa parábola não é apenas uma crítica ao passado, mas uma advertência sobre os perigos presentes. É preciso estar atento, em um mundo cercado por Grandes Inquisidores, para que seu discurso não nos arraste. Suas palavras podem ser persuasivas, principalmente quando trazem uma roupagem de suposta fé. Mas seus frutos, de miséria e sangue, morte e tortura, prontamente revelam suas intenções.

"Acautelai-vos dos falsos profetas, que se vos apresentam disfarçados em ovelhas, mas por dentro são lobos devoradores. Pelos seus frutos os conhecereis. Colhem-se, porventura, uvas dos espinheiros ou figos dos abrolhos? Assim, toda árvore boa produz bons frutos, porém a árvore má produz frutos maus. Não pode a árvore boa produzir frutos maus, nem a árvore má produzir frutos bons. Toda árvore que não produz bom fruto é cortada e lançada ao fogo. Assim, pois, pelos seus frutos os conhecereis" (Mateus 7:15-20).

Júlia Mota,

graduanda em Direito pela Universidade Federal de Goiás e integrante da equipe editorial do Folhetim.

A ASCENÇÃO DO RAP NACIONAL FEMININO

E SEUS SIGNIFICADOS

Nos últimos anos, um movimento tem feito barulho e ganhado cada vez mais espaço pelo Brasil afora: as mulheres que constituem a cena do rap nacional. Com letras fortes e batidas bem produzidas, as artistas consolidaram um público fiel que se enxerga tanto na arte, quanto em quem a produz. Aí está provavelmente a característica mais marcante dessa vertente musical: a representatividade. Liderado por mulheres pretas, oriundas da periferia, suas vozes refletem os ideais de milhares de meninas que enfrentam a mesma realidade. Em suas músicas, refletem suas trajetórias perpassadas pelo racismo, machismo, dificuldades e também vitórias.

Com uma linguagem que se aproxima da realidade das meninas, as artistas se tornam verdadeiras referências, assumindo uma postura visionária com forte influência e capacidade de mudar tanto o pensamento quanto a realidade de quem as escuta. Na música "Você parece com vergonha", Ajuliacosta diz "dinheiro e independência é o que uma mulher precisa", incentivando que as meninas busquem a independência financeira, conquistem sua liberdade e não fiquem reféns econômica e emocionalmente de seus parceiros. Situação vista na música "Parece um Vampiro", onde a artista Duquesa conta sua experiência pessoal com um relacionamento abusivo, expondo suas vulnerabilidades e se conectando ainda mais com suas ouvintes, que se identificam em diversos aspectos e encontram em seu trabalho fonte de superação.

REFERÊNCIAS POR TODOS OS LADOS

Não se limitando às referências musicais, as rappers também exercem forte influência no mundo da moda. Exaltando marcas da periferia, estão presentes em suas letras e em seu dia a dia marcas como Oakley, Guettosa, Planet Girls, Adidas e Kenner, muito populares nas regiões periféricas dos grandes centros urbanos. Ao mesmo tempo, integram a sua produção lírica grifes como Dior, Gucci, Louis Vuitton, Chanel e outras empresas de renome, mostrando o luxo como forma de superação e quebra de paradigmas, adaptando as peças ao seu estilo próprio, provando que chegaram ao topo sem perder as origens e mantendo a autenticidade.

Não se limitando à estética visual, as mulheres trazem referências externas para sua produção artística; na construção de seus beats, bebem de estilos como funk, trap, R&B, blues e até mesmo rock. Algumas se inspiram no rap americano, trazendo músicas fortes e impactantes tanto na linguagem quanto no ritmo. Outras, seguem uma linha mais voltada à crítica e denúncia social de forma direta, trazendo vivências das batalhas de rima, onde muitas começaram sua trajetória. Também fazem questão de reverenciar artistas pioneiras no rap, como Mc Menorzinha e Karol Konká.

A INDÚSTRIA

Mesmo sendo um movimento de grande expressividade, constante ascensão, notável qualidade e que apresenta bons números (seja nas plataformas digitais ou em eventos reais),

Foto: Valdinei Ajuliacosta



ainda enfrentam disparidades em uma cena que privilegia rappers masculinos. As artistas relatam que mesmo lotando as casas de shows, recebem cachês menores e por vezes não têm suas exigências mínimas atendidas; em festivais, possuem um tempo menor de apresentação; quanto às gravadoras, recebem propostas insuficientes, tão desvantajosas que fazem com que a maioria prefira seguir como artista independente.

O tema entrou em evidência em 2023, após a cantora Ebony lançar a diss "Espero que entendam", pontuando uma série de defeitos em artistas masculinos, que mesmo cometendo diversas falhas não eram cobrados, diferentemente da cena feminina que seguia sendo boicotada. Não se reduzindo às gravadoras e contratantes, as cantoras também eram (e ainda são) estigmatizadas por uma parcela do público masculino, que resiste e chega a dizer que não considera suas músicas como rap de verdade. As rappers, por outro lado, seguem utilizando da situação como combustível para seu trabalho, e fazem questão de afirmar que têm no público feminino sua força motriz.

A QUESTÃO RACIAL E A AUTOESTIMA

Apesar das inegáveis diferenças entre o trabalho de cada artista, há um aspecto comum em qualquer música que se ouve: a valorização da mulher. Em um momento de propagação de ofensas (sobretudo racistas) nas redes sociais, o movimento carrega a responsabilidade de elevar a autoestima de meninas negras, se orgulhando de quem são. A música "Sou + as negras", da rapper Afreekassia ilustra o tema de maneira exemplar; em sua letra, diz "Eu sou uma mulher negra, sou filha, sou neta de uma mulher negra [...] Não tem como eu não torcer pelas negras, ainda mais em um mundo que é contra a gente". Agora, características que eram alvo de comentários preconceituosos se tornam o novo padrão de beleza. Lábios grossos, tranças, cabelos crespos e cacheados são colocados como referencial de beleza, em músicas como "Lady da Quebrada" e "Menina Pretinha" de Mc Soffia. Assim, as jovens negras têm sua autoconfiança restaurada, aprendendo a lidar com inseguranças a partir de quem elas ouvem, e construindo uma autoestima que não é facilmente abalada.

Também compartilham suas experiências dentro de uma sociedade racista, que as tenta derrubar desde o início. Na música "Ela", Duquesa diz "ela vem como a velha branca sempre segurando a bolsa, [...] ela vem como um enquadro, se vier não tenho escolha", descrevendo momentos de violência sofridos. Em "Rotina", obra de Mc Luanna, que a princípio parece ser romântica, apresenta o trecho "na rua pra eles nós somos culpados, segura minha mão é menos um enquadro", mostrando como essa realidade hostil se faz presente no cotidiano. Dessa forma, fica clara a importância do atual cenário do rap feminino no Brasil; suas músicas ecoam a voz de toda uma comunidade, inspiram e significam muito para seu público, trazendo coragem e confiança, denunciando injustiças e lutando por mudanças.

Geovanna Gomes, graduanda em Direito pela Universidade Federal de Goiás e integrante da equipe editorial do Folhetim.

FLORES PARA ALGERNON:

MAIS DO QUE FICÇÃO CIENTÍFICA

Mas o que há de errado com uma pessoa que quer ser mais inteligente, que quer adquirir conhecimento, entender-se e entender o mundo?

Escrever sobre essa obra resumidamente é um desafio imenso, não somente por haver diversos assuntos excelentes para discussão, mas principalmente por se tratar de um dos melhores livros que existem na face da Terra (e eu não acho que seja exagero da minha parte). Todos deveriam ler Flores para Algernon.

Charlie Gordon, um homem de 32 anos com deficiência intelectual, tem o sonho de se tornar mais inteligente. Para isso, ele aceita participar de um experimento científico, passando por uma cirurgia que promete realizar o seu sonho. Com capítulos escritos em forma de relatórios de progresso em primeira pessoa, é impossível não se afeiçoar ao protagonista e não se comover com as situações vividas por ele conforme a história avança.

Apesar de ser um livro com apenas 284 páginas, há reflexões de grande peso apresentadas. Ao longo do desenvolvimento de Charlie, a visão do mundo, o senso crítico e moral dele sofrem alterações, sendo forçado a enfrentar situações com as quais ele nunca foi ensinado a lidar.

Mesmo com uma linguagem fácil e com a narrativa envolvente, está incomensuravelmente enganado quem pensa que Flores para Algernon é uma leitura leve. Não é. A obra aborda a discussão sobre capacitismo intelectual, além de agressões e traumas emocionais do passado que impactam diretamente em comportamentos do presente.

Sem sombra de dúvidas, é impossível se manter incólume após passar pela experiência de ler Flores para Algernon, um livro emocionante do início ao fim, que tem lugar de prestígio entre os clássicos da literatura e um espaço mais que especial em meu coração.



Sara Santos, graduanda em Direito pela Universidade Federal de Goiás e integrante da equipe editorial do Folhetim.

ENTRE LINHAS E LEIS: A LITERATURA TAMBÉM É UM DIREITO

AS REFLEXÕES DE ANTONIO CANDIDO APLICADAS À REALIDADE JURÍDICA

"**A**ssim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar as vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado. O sonho assegura durante o sono a presença indispensável deste universo, independente da nossa vontade. E durante a vigília, a criação ficcional ou poética, que é a mola da literatura em todos os seus níveis e modalidades, está presente em cada um de nós, analfabeto ou erudito – como anedota, caso, história em quadrinhos, noticiário policial, canção popular, moda de viola, samba carnavalesco. Ela se manifesta desde o devaneio amoroso ou econômico no ônibus até a atenção fixada na novela de televisão ou na leitura seguida de um romance.

Ora, se ninguém pode passar vinte e quatro horas sem mergulhar no universo da ficção e da poesia, a literatura concebida no sentido amplo a que me referi parece corresponder a uma necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito." – Antonio Candido (1918-2017), no ensaio "O Direito à Literatura", disponível no livro "Vários escritos". 3ª ed., revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

O CALOURO DE DIREITO E A SUA RELAÇÃO COM A LITERATURA

Eu pensei, você pensou, e tantos outros também pensaram quando estávamos prestes a iniciar o primeiro período do curso de Direito: será esse o fim da minha criatividade? Ainda terei tempo, incentivo e inspiração para escrever algum texto mais "fora da casinha"? Continuarei lendo os mesmos livros que antes, ou minha edição limitada de Percy Jackson e os Olimpianos dará lugar a doutrinas de Processo Civil e PDFs que os professores enviam?

Antes de mais nada, saiba que esse é um sentimento bem comum entre aqueles calouros que, embora vislumbrados pela atuação jurídica e cheios de expectativas com o curso de Direito, compartilham, também, uma fascinação imensa pela leitura de obras literárias, bem como um apreço pela escrita criativa – contos, crônicas, poesias, artigos de opinião... é uma área bem democrática. Ainda, a tendência é que, da metade do curso até a colação de grau, essa insatisfação suma por completo nas turmas ou vire mera lembrança sem importância a velejar nos mares kelsenianos.

Geralmente, os gafanhotos mais resistentes à regra tendem a encontrar o caminho para o Folhetim que vos fala, e aqui encontram um local seguro para manterem viva a chama da criatividade. Não raras vezes, em suas entrevistas de admissão no grupo de extensão, ressaltam que se interessaram pelo Folhetim justamente para libertarem seus poemas, crônicas, resenhas e contos das rédeas jurídicas que lhes foram impostas por... quem começou com essa história de que Direito e Literatura não se misturam mesmo?

É bem verdade que essa é uma ideia

fixa nas entranhas das faculdades de Direito e bem aceita e difundida pelos juristas (em formação e já formados). Afinal de contas, as grades de horários, de período em período, se enchem de Direitos e mais Direitos: Empresarial, Civil, Penal, Processual Civil, Processual Penal, Internacional Público etc.. Com efeito, não há tempo nem espaço para uma abertura mais criativa, talvez até mais desafiadora, como seria com disciplinas optativas ou na modalidade núcleo livre envolvendo Direito e Cinema, Direito Artístico-Cultural, Direito e Literatura, entre outros campos ainda inexplorados.

Pouco se vê, também, o engajamento da própria comunidade discente e docente de modo a dar vida ao prédio da instituição, seja com palestras acerca do tema, seja com o uso dinâmico dos espaços ociosos para debates, exposições e apresentações artístico-culturais correlatas. É um ciclo vicioso com potencial para minar quaisquer resquícios da mais pura criatividade e curiosidade humanas.

Gradativamente, como um sintoma crônico, os discentes vão se encaixando na própria grade, enclausurados – e sem possibilidade de habeas corpus – entre um horário de Direito Processual Civil e outro de Estágio Supervisionado. Para quem recorrer? É preciso vestir o terno que hoje seu grupo tem atendimento no Núcleo de Prática Jurídica da FD, e nem pense em rimar nas suas peças. Neste Tribunal, nega-se provimento a toda criatividade que possa florescer no Jardim da Beth.

Nesse ponto, é preciso fazer uma breve digressão, tendo em vista que, aparentemente, essa história de que ler é perda de tempo possui origens para muito além do Direito.

A LITERATURA ENQUANTO NECESSIDADE UNIVERSAL E DIREITO INALIENÁVEL

É sabido que, atualmente, discursar acerca dos direitos do próximo, tais como o direito à moradia, à alimentação, à saúde e à educação, é, para além de corriqueiro, o esperado por qualquer indivíduo formado que entende serem esses e tantos outros direitos parte do mínimo existencial dos seres humanos com dignidade. Ainda, ao sermos solicitados a elencar alguns dos direitos fundamentais compreendidos como parte desse mínimo existencial, pensaríamos em citar o direito à literatura? Quem detém o direito de ler Dostoiévski, Clarice Lispector, Jane Austen, Rick Riordan?

De fato, o acesso a bens que assegurem a integridade espiritual não é compreendido da mesma forma que aqueles que asseguram a sobrevivência física em níveis decentes, e nem devem ser, pois tratam de subsistências distintas. Com efeito, não é possível comparar o acesso à alimentação saudável e de qualidade, à moradia digna, ao vestuário, à boa instrução, à saúde, à liberdade, à justiça etc. com o acesso à arte e à literatura, mas deveríamos, no mínimo, compreender esses últimos enquanto necessidade universal de nossos espíritos.

Isso porque a Literatura é uma manifestação universal de toda a humanidade em todos os tempos. Sendo assim, é impensável supor que algum dia alguma sociedade conseguiu ou conseguirá viver sem algum nível de fabulação e abstração da própria realidade. Ora, como já apontou o hoje saudoso crítico literário Antonio Candido, se ninguém consegue passar vinte e quatro horas sem mergulhar no universo da ficção e da poesia, a Literatura concebida no sentido amplo parece corresponder, sim, a uma necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito!

Sim, a Literatura é o sonho acordado das civilizações, a ponte entre consciente e inconsciente que promove o equilíbrio psíquico e social. E desse modo deve ser compreendida, também, pelo profissional do Direito, posto que a Literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, critica e elogia, gerando um resultado riquíssimo para compreensão humana em seu tecido social e político. Ela é, pois, uma forma de expressão que elucida emoções e visões de mundo individuais e grupais, sendo, também, forma e fonte de conhecimento.

Para mais, a Literatura também possui seu caráter humanizador, à medida que confirma no indivíduo aqueles traços considerados essenciais, como o exercício da reflexão e da criticidade, a aquisição do saber, a lapidação das emoções, a capacidade de lidar com os problemas cotidianos e compreendê-los, a percepção da complexidade do mundo, o cultivo das relações interpessoais e do humor. Incumbe à Literatura desenvolver na sociedade, pois, a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, o social, o semelhante.

Temos, enfim, que a Literatura corresponde a uma necessidade universal a ser satisfeita sob pena de se mutilar a personalidade, porque ao dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta e, assim, também nos humaniza. Além disso, a Literatura é um instrumento consciente de desmascaramento, porque, quando ela focaliza em situações restritivas de direitos ou de negação deles, como a miséria, a servidão e a dilaceração espiritual, o incômodo proposital gerado alavanca lutas humanitárias em diversos âmbitos sociais.

Portanto, retomando Antonio Candido, a luta pelos direitos humanos deve abranger a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis de cultura. A distinção entre cultura popular e cultura erudita não deve servir para justificar e manter uma separação iníqua, como se do ponto de vista cultural a sociedade fosse dividida em esferas incomunicáveis, dando lugar a dois tipos incomunicáveis de fruidores. Uma sociedade justa pressupõe o respeito aos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável.

DIREITO E LITERATURA: UMA CONCILIAÇÃO NECESSÁRIA

Feita toda essa necessária digressão, concluímos que a Literatura, para além de uma necessidade universal, é também um direito inalienável. É, pois, uma manifestação artística universal de toda a humanidade em todos os tempos, devendo ser interpretada como a ponte entre consciente e inconsciente que promove o equilíbrio psíquico e social a partir do exercício da reflexão, da aquisição do saber, da percepção da complexidade do mundo e dos seres e do cultivo das emoções.

Sendo a Literatura assim compreendida, precisamos falar sobre o incentivo à leitura na realidade jurídica. Não raras vezes, somos surpreendidos por discursos que desestimulam a apreciação literária nessa esfera, como se ler fosse perda de tempo e não um costume necessário e inalienável. Que tempo é esse que estamos perdendo? Tempo de estudo? Como estudar incansavelmente quando não se compreende, considerando que a reflexão, compreensão, criticidade e dialeticidade são habilidades melhor desenvolvidas a partir do hábito literário?

Não é preciso ir além para dizer que a Literatura não se limita ao aprimoramento dessas habilidades. Ela pode servir, simplesmente, para o contentamento humano, isto é, o hábito da leitura compreendido como método de escapismo – novamente, a Literatura enquanto ponte entre consciente e inconsciente em seres emocionalmente complexos.

Seja para escapar da realidade e se entreter, seja para refletir e aprimorar habilidades específicas, não abandone suas leituras, caro leitor. A Literatura, por ser uma manifestação riquíssima presente de diferentes formas nas civilizações humanas, deve estar presente em nossos cotidianos para a garantia do mínimo existencial dos seres humanos com dignidade.

Leia Kelsen, Alexy, Didier Jr., Bobbio... mas não deixe de ler suas fantasias, romances, aventuras, crônicas, contos, poemas, histórias em quadrinhos, canções populares e tudo o mais que instigue sua criatividade, desafie sua criticidade e permita breves momentos de escapismo da realidade. Afinal de contas, a leitura liberta, e a Literatura, sendo o sonho acordado das civilizações, guarda consigo os anseios mais profundos de um futuro em que este hábito venha a ser considerado o alimento essencial e inalienável para a integridade espiritual.

Giovanna Neri,
graduanda em Direito pela
Universidade Federal de Goiás e
integrante da equipe
editorial do
Folhetim.



que história é essa de brat?

Como a Charli xcx saiu de uma artista nichada para o maior fenômeno pop do ano

Se você é um órfão cronicamente online do saudoso Twitter, provavelmente está familiarizado com o fundo verde-limão e a fonte Arial preta com a palavra "brat" escrita. A mais recente tendência da cultura pop é o sexto álbum de estúdio da cantora britânica Charli XCX, que, em um ano com álbuns inéditos de Beyoncé, Ariana Grande e Taylor Swift, chocou a internet com seu fenômeno absurdo.

Conhecida sobretudo pela colaboração de sucesso com a dupla sueca Icona Pop no hit "I Love It" e pela participação em "Fancy",

de Iggy Azalea, Charli atraiu muita atenção para si logo no início da carreira, permanecendo por sete semanas no topo da Billboard Hot 100 – para os heterossexuais, é como se ela ficasse na primeira posição do Brasileirão Série A por sete rodadas consecutivas. E, após 10 anos de estrondoso sucesso, ela voltou a ser o principal nome do verão estadunidense, gerando a pergunta: o que é o Brat Summer, o "verão Brat"?

Dona de alguns hits esporádicos e uma das maiores divas do nicho LGBTQIA+ frequentador de boates, Charli XCX sempre teve um público muito fiel ao seu trabalho, famoso pela experimentação e pela autenticidade. Lançado em 7 de junho de 2024, Brat representa uma mudança significativa em sua carreira, na qual a artista combina rave music com pop dançante, usando vocais distorcidos e batidas intensas, além de desabaços sinceros sobre corpo, autoestima e as pressões da indústria da música. O uso da cor Pantone 3570-C na capa, combinado ao título que significa pirralha, desobediente ou mal-comportada, captura a essência "bagunçada" e não convencional do álbum.

Um dos maiores feitos de Brat é o modo como trabalha a imaturidade e as nuances da vida adulta, o que, comparado aos demais trabalhos lançados em 2024 – principalmente The Tortured Poets Department, de Taylor Swift –,

tornou a experiência "brat" imersiva e relacionável. Talvez o maior exemplo do conceito abordado seja a faixa remix "Girl, So Confusing", uma colaboração com a cantora Lorde, que explora os sentimentos feios e complexos entre as duas artistas, resultado de anos de rivalidade imposta pela indústria às jovens. A letra extremamente honesta e genuína conquistou os públicos de ambas, sendo uma das demonstrações da vulnerabilidade dolorosa do álbum e dos conflitos internos de ser um jovem adulto pós pandemia.

Sucessor do Barbie Summer de 2023, o Brat Summer encapsula o momento atual da cultura pop e a gama de sentimentos de uma geração de millennials e Gen Z vivendo o capitalismo tardio, abordando a confusão de lidar com as feridas da infância e adolescência, bem como as pressões e expectativas da vida profissional e social. Assim, ser "brat" é um estado de espírito! Seja dançando em uma boate em Ibiza ou pegando um ônibus em Belford Roxo num calor de 32°C, todos somos brat em um mundo tão confuso, cheio de inseguranças e referências aos anos 2000, e Charli cria um espaço seguro para sermos confiantes como Julia Fox, mas também inseguros e vulneráveis.

Marina Leandro, graduanda em Direito pela Universidade Federal de Goiás.



SER DEFICIENTE SEM SIMBOLIZAR A DEFICIÊNCIA



Fora dos moldes que o mundo traça,
Entre ilusões e máscaras, a vida passa.
Medos que assombam, vergonhas a ocultar,
Baixa autoestima, um lamento no ar.
Deficiência física, um peso a carregar,
Entre tantas identidades, ela a destacar.
Presença firme, como pedra a brilhar,
Refletida em olhares prontos a julgar.
Espelho cruel, distorce a visão,
Escapar dessa imposição é uma missão.
Quem dera fosse fácil transformar,
Fazer ver além do que se oculta e desvelar.
Ser deficiente é apenas um traço,
Não a vida inteira, mas um elo escasso.
Não se trata de negar o que o corpo tem
a exibir,
É ressignificar o que vem a existir.
Vivendo e se virando com destreza e arte,
Deveria ser orgulho, um ato em parte.
Criatividade e força, nossa dupla fiel,
Pensar fora da caixa é o nosso papel.
Adaptar-se com fé, o espírito se eleva,
Diferenças são luzes que a alma celebra.
Em uma utopia, almejaría: nova visão,
Sem dor na comparação, sem opressão.
Sem barreiras a nos deter,
Pois nosso espírito é livre, basta perceber.
Revoltamo-nos contra julgamentos e prisões,
Muito mais que limitações, somos revoluções.
Customizados de fábrica, sem grilhões a romper,
Aos padrões impostos, que em nós não vão caber.
Que cada um veja além da mera aparência,
Respeite a essência, celebre a vivência.
Pois no final, somos todos iguais,
Seres humanos com potenciais colossais.

Tássila da Costa Pinto

GOLLUM, GOLLUM!

O SENHOR DOS ANÉIS

A trilogia "O Senhor dos Anéis" é, provavelmente, uma das obras, tanto cinematográficas quanto literárias, mais famosas do mundo. O universo criado por Tolkien é extremamente rico, contando com criaturas fantásticas das mais diversas espécies, além de doze línguas, dentre as quais duas (quenya e sindarin) são tão completas que podem ser faladas ou escritas. Ao todo, para contemplar toda a complexidade do mundo tolkieniano, o autor e linguista escreveu dez volumes.

Na verdade, já temos que nos retratar, porque "O Senhor dos Anéis" não é uma trilogia na literatura, mas um só livro dividido em três partes: A Sociedade do Anel, As Duas Torres e O Retorno do Rei. E é nesta história que vamos adentrar.

Pois bem, O Senhor dos Anéis foca em Frodo Bolseiro, um hobbit que herda de seu primo Bilbo Bolseiro não somente uma mansão em Bolsão (região nobre do Condado, reduto dos hobbits na Terra Média), como o Um Anel, o qual mostra-se um verdadeiro fardo para o protagonista.

Isso porque O Anel fora forjado milhares de anos atrás por Sauron, um espírito imortal que desejava tão somente a dominação através do mal. O Um Anel, com a queda de Sauron, que ocorre muitos anos antes da história de Frodo, passa a abrigar grande parte do poder de seu criador, e, portanto, tem vontade própria independente de seu portador.

Feita esta minúscula introdução, somente para contextualizar o leitor completamente alheio ao enredo do livro, temos que dizer que não vamos tratar aqui da história do Sr. Bolseiro, nem de seu primo Bilbo, mas sim a do portador anterior do Um Anel, o

SMÉAGOL

Sméagol também era, a princípio, e muito tempo atrás, um hobbit. Mais especificamente, um antepassado dos Grados, uma subespécie que habitava as margens do Grande Rio, próximo às Terras Selváticas. Quando ainda cultivava uma existência digna e na superfície, Sméagol se interessava por raízes, embora já neste ponto tenha voltado seus olhos para baixo (como aponta Gandalf).

Certo dia, Sméagol desceu o Rio juntamente com seu amigo Déagol. Ali chegando, ao passo que Sméagol foi explorar as margens, onde havia iris e juncos floridos, Déagol permaneceu no barco, pescando. Ocorre que, em certo momento, ele viu um objeto extremamente brilhante no fundo do Rio, e mergulhou para apanhar esse "algo", que revelou ser um anel.

A este ponto, Sméagol estava observando atrás de uma árvore, e atacou seu amigo pelas costas, exigindo que lhe entregasse o anel. Após uma luta corporal, ele estrangulou Déagol até a morte e ocultou seu corpo. Sméagol torna-se, então, o novo "dono" do Um Anel, o qual lhe conferiu a habilidade de tornar-se invisível quando o colocasse. Ocorre que este poder, juntamente com o crime praticado para obtê-lo, afastou-o de sua comunidade, de sua família e da sociedade em que vivia como um todo.

ESTIGMATIZAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO DO CRIMINOSO

Daí em diante, a personagem não parece mais pertencer à Terra Média, mas ao mundo real.

Não há ninguém mais indesejado e repugnante para nossa sociedade do que um criminoso. De acordo com a teoria do Labelling Approach, ou Etiquetamento Social, o que é crime e quem são criminosos são questões definidas pela sociedade, especialmente pela classe dominante. Assim, é atribuído aos indivíduos, em sua maior parte socioeconomicamente vulneráveis, o rótulo de delinquentes.



Rótulo esse que, a partir do momento em que recai sobre uma pessoa, não desaparece mesmo após sua absolvição ou o cumprimento completo da pena.

Nesse caso, não parece existir, portanto, um ser humano complexo: há somente um criminoso, um inimigo, nunca uma possível vítima. Por essa razão, torna-se ainda mais difícil conseguir trabalhar, estudar, construir e reatar laços familiares ou de amizade. Afinal, assim como diz Frodo, há algo mais abominável do que estar ligado a alguém que cometeu um crime?

Com Sméagol não foi diferente: seus conhecidos o desprezavam e, por ter adquirido o hábito de gorgolejar na garganta, passaram a chamá-lo de

GOLLUM

Depois de ser expulso, Gollum se exilou nas Montanhas Sombrias, onde Bilbo Bolseiro encontrou o Um Anel, herdado por Frodo após muitos anos. Gandalf, então, atribuiu a ele a missão de destruir a joia para evitar que Sauron a recuperasse.

Durante anos, procurou seu "Precioso" e o encontrou com Frodo, o qual fez jurar que os guiaria a Mordor. No entanto, consumido pelo Anel e obcecado pela ideia de tê-lo novamente, Gollum os traiu. Os hobbits, todavia, conseguiram escapar e chegar à Montanha da Perdição, onde finalmente destruiriam a joia.

[Alerta de spoiler] Nesse momento, Frodo também foi seduzido pelo Anel e, tentado a não lançá-lo às chamas de Mordor, o colocou. Gollum, que havia os seguido até lá, lutou com o hobbit, arrancou seu dedo e caiu com seu Precioso no fogo da Montanha da Perdição, destruindo-o. Se não fosse por ele, Sauron recuperaria a joia, pois descobriu onde ela estava no momento em que o hobbit a colocou.

Deve-se lembrar que, antes de conhecê-lo, ao escutar sua história, Frodo desejara que Bilbo o tivesse matado quando teve a chance. Ele merecia morrer. Ao encontrá-lo, no entanto, foi capaz de enxergar traços da personalidade de Sméagol, ter compaixão e não puni-lo sem necessidade. Gollum era assombrado pelo assassinato de Déagol e havia uma pequena parte de sua mente ainda não dominada. Todavia, ele fora devorado pelo Anel e, como dito por Gandalf, isso poderia ter acontecido a qualquer um.

Em nosso mundo, a maioria dos "Sméagols", ou seja, as pessoas em situação de vulnerabilidade e marginalização, parece usar anéis do poder constantemente, até que se transformem em "Gollums". São invisíveis antes de se tornarem eternamente repugnantes e abomináveis aos olhos do corpo social. São privados da luz e relegados aos recantos mais sombrios da sociedade, até que, por cometerem um crime (ou um desvio qualquer) sejam, enfim, vistos como monstros, merecedores da morte ou ainda do eterno isolamento.

Ana Clara Chagas e Manuela Honório, graduandas em Direito pela Universidade Federal de Goiás e integrantes da equipe editorial do Folhetim.

The BOYS



FOLHETIM
DE MAIO

OI, HUGHIE, HOMELANDER SEMPRE FOI O VILÃO!

Se o Super-Homem usasse seu laser ocular para intimidar a população? Imagina que perigo seria se o Flash saísse por aí atropelando as pessoas com sua super velocidade? Ou se o Batman fosse um sociopata viciado em matar? Com essas ideias em mente, Garth Ennis e Darick Robertson criaram os quadrinhos "The Boys". No entanto, a história subversiva tornou-se ainda mais popular com a adaptação televisiva produzida por Eric Kripke.

Partindo da premissa de que ter poderes não significa necessariamente ser uma boa pessoa, ao passo em que transformariam seres humanos em semideuses, a série tece, da forma mais ácida possível, críticas acerca da manipulação midiática, do impacto das redes sociais na vida contemporânea, das religiões, da cultura de massas e, principalmente, da ascensão da extrema direita nos Estados Unidos. Por consequência, também é criticada a ideia de superioridade estadunidense e o combo de preconceitos (racismo, misoginia e LGBTfobia) intrínsecos a esse alinhamento político.

Inicialmente, o faz de maneira sutil, por meio de simbolismos, no entanto, à medida em que as temporadas avançam, a mensagem pretendida pela obra torna-se cada vez mais "escrachada", chegando ao seu ápice na quarta temporada, na qual as eleições presidenciais do país trazem à tona discursos abertamente supremacistas.

Acontece que, desde o início, The Boys sempre criticou um mesmo posicionamento político e uma mesma ideologia, trazendo uma mensagem de que o pensamento da extrema direita é perigoso e opressor. Isso fica muito claro quando, por exemplo, "Homelander"- uma versão amedrontadora do Super-Homem, com um aparência que se esperaria de um ícone estadunidense (branco, de olhos azuis, cabelo loiro, uma roupa mais justa do que Deus e, para coroar, uma capa estampada com a bandeira dos EUA)- tem um relacionamento amoroso com uma mulher literal e abertamente nazista.

Outro exemplo de que a ideia central sempre esteve presente na série é o fato de que, em diversos momentos ao longo das temporadas, Homelander não só

bebe leite em um copo- uma representação simbólica da supremacia branca- mas mostra-se obcecado por mulheres lactantes. Na última temporada, esta simbologia atinge seu nível máximo quando o personagem tem litros e litros de leite materno armazenados em uma gaveta em seu quarto. Para muito além da perspectiva freudiana de que ele sente a falta de uma mãe, podemos extrair a interpretação de que o herói/vilão vai se tornando cada vez mais uma caricatura do ideário da extrema-direita estadunidense.

Embora desde a primeira temporada já estivesse bastante claro que trata-se de uma série inteiramente política e com a finalidade de criticar um espectro específico (afinal, para bom entendedor, meia simbologia basta), a quarta temporada é a pior avaliada no Rotten Tomatoes. O motivo? Segundo as avaliações, a série tornou-se "política demais", "lacrção demais", "anti-Republicana demais", "pró-Democratas demais", e passou a "tentar forçar a mensagem goela abaixo" dos telespectadores.

Ora, ora, mas quem diria que o Homelander era, desde o início, um vilão? E que The Boys não é uma série sobre heróis salvando o mundo? E tampouco é uma série de ação, acrítica, com a única finalidade de entreter? Pois é, qualquer um com dois dedos de testa diria.

A questão mais intrigante é compreender como havia, inicialmente, pessoas adultas que viam um homem com uma bandeira dos Estados Unidos nas costas sendo a pior pessoa concebível pela mente humana e não enxergavam ali uma sátira à ideologia estadunidense do "make America great again" (torne a América grande novamente). Ou mais: pessoas que não viam Homelander como um vilão, mas como um herói, um personagem de cuja índole muitos indivíduos verdadeiramente gostam, uma figura digna de estar como papel de parede do celular.

Esse "fenômeno" não é particular de The Boys, e já aconteceu -

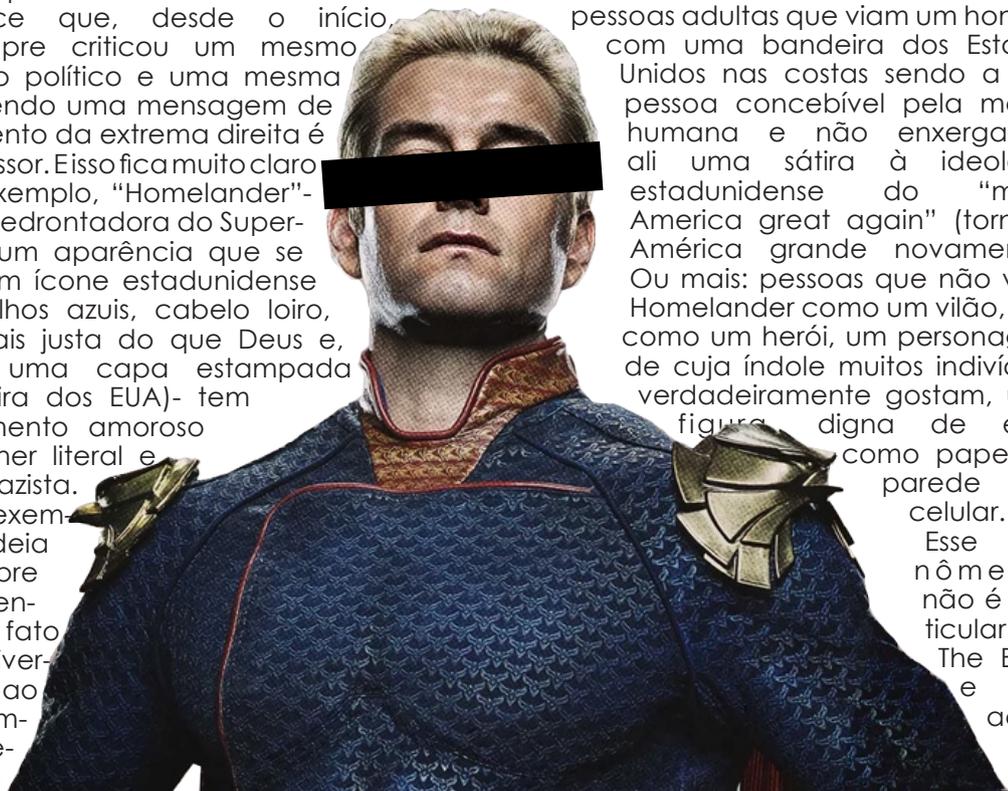
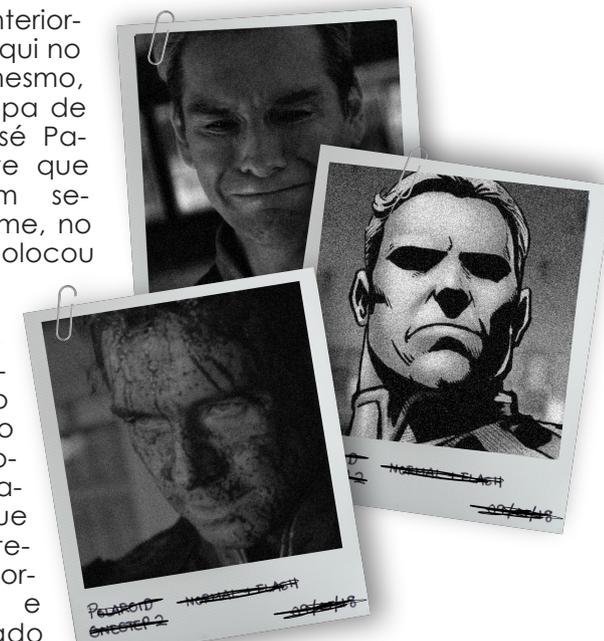
anteriormente, aqui no Brasil mesmo, com "Tropa de Elite". José Padilha teve que fazer um segundo filme, no qual colocou um monólogo do Capitão Nascimento dizendo com todas as palavras que o "sistema", formado e perpetuado pela classe política dominante, era o verdadeiro inimigo da sociedade. Isso porque, com o lançamento do primeiro filme, os brasileiros passaram a idolatrar o personagem, tratando-o como um modelo, um herói da nação, que faz o que é necessário para combater os vilões (os traficantes dentro das comunidades no Rio de Janeiro).

Não é possível afirmar com certeza se trata-se de uma falta de capacidade interpretativa, ou de pura má-fé, mas fato é que acontecimentos como a idolatração do Homelander e do Capitão Nascimento evidenciam que nem sempre os diretores e produtores conseguem fazer chegar de forma sutil uma mensagem, ou uma crítica. Assim como Padilha, Kripke teve que deixar tudo extremamente óbvio e quase caricato para que seu ponto ficasse mais claro. Mas, em ambos os casos, a ideia sempre esteve ali, só não foi melhor compreendida por uma parcela (preocupantemente expressiva) da população.

Por ora, ficamos por aqui com a súplica, para aqueles que ainda não assistiram à série, de que, se um dia forem dar-lhe uma chance, tenham em mente que Homelander sempre foi o vilão! E, para aqueles que já viram, leiam novamente, mas com um sotaque australiano extremamente carregado do dubio personagem Butcher: oi, Hughie, Homelander sempre foi o vilão!

Ana Clara Chagas, graduanda em Direito pela Universidade Federal de Goiás e integrante da equipe editorial do Folhetim.

Antony Starr como Homelander / Capitão Pátria série original da Amazon Prime Video The Boys, baseada na série de quadrinhos homônima de Garth Ennis e Darick Robertson.



CONTOS LEGENDÁRIOS

Era uma vez, em um reino não tão distante, onde o sol nunca se põe e as ruas exalam cheiro de arroz com pequi, uma jovem empresária e influencer chamada Virginia. Em um belo dia, os pássaros cantaram em seus ouvidos que seria uma ideia maravilhosa lançar uma linha de produtos em homenagem a uma data mais que especial, o dia das mães. Após muita insistência dos mesmos passarinhos, Virginia atendeu aos pedidos de nomear seus produtos com a palavra "Wonder".

Entretanto, o que ninguém esperava é que uma grande vilã entraria no caminho da nossa querida empresária: a impossibilidade de colocar o nome "Wonder" em seus produtos. A reviravolta dessa história está justamente no fato de que a vilã tinha razão, uma vez que já existiam produtos, devidamente registrados no Instituto Nacional de Propriedade Industrial, com o nome "Wonder". Assim, nossa personagem principal teve de trocar o nome de sua mais nova coleção. O fim dessa história nos ensina duas lições: a primeira é a importância e a eficácia da proteção de uma marca através do registro e a segunda é que nunca devemos dar ouvidos a passarinhos desconhecidos.

Em outro reino, dessa vez um pouco mais distante, com castelos, princesas e ratos que falam inglês com uma voz engraçada, uma tragédia aconteceu. Jeffrey foi, com a sua esposa Kanokporn, comer em um restaurante na área do Disney Springs, que prometia atender pessoas com alergias alimentares. O que nenhum deles esperava era que a promessa feita pelo restaurante não seria cumprida e que o nosso conto de fadas se tornaria um pesadelo. Jeffrey saiu de lá sem sua amada e, com sede por vingança, ingressou com uma ação de reparação de danos em mais de 50 mil moedas contra o Walt Disney World.

O que Jeffrey não esperava é que a defesa da rede multinacional estaria em suas próprias atitudes passadas: os termos do mágico serviço de streaming da Disney Plus que assinou em 2019, assim como os termos dos ingressos dos parques que comprou com Kanokporn. Esses documentos, com os quais assentiram e que muitos plebeus costumam nem ler, dispunham que qualquer disputa entre os cavaleiros deveria ser resolvida por arbitragem e não pela via judicial americana. Infelizmente, a história ainda não teve um final feliz, mas fica a dica: sempre que for assinar ou aceitar termos ou contratos, tenha certeza de que você está ciente das disposições e de que não sairá no prejuízo (aí está o pulo do gato ou, melhor dizendo, a importância de uma boa revisão/elaboração contratual).

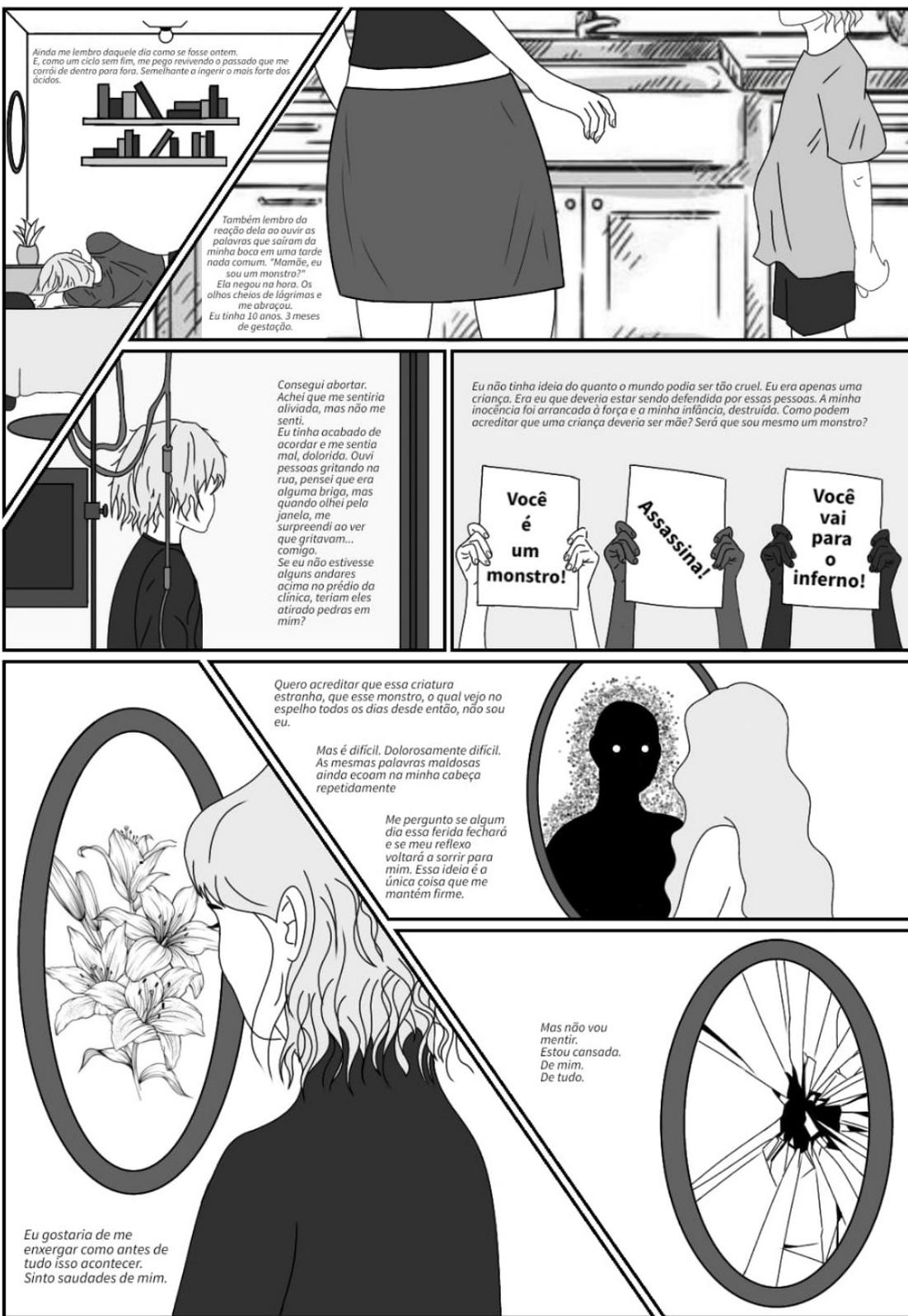
De volta ao nosso reino não tão distante, mais especificamente em um lugar chamado Unidade dos Fortes Guerreiros, também conhecida como UFG, temos uma história que seria cômica se não fosse trágica (ou talvez continue sendo cômica). Um grupo de guerreiros que fazia parte de uma das patrulhas resolveu se organizar e formar uma comissão, que organizaria uma grande festa para comemorar sua formação da Unidade dos Fortes Guerreiros. Até então estava tudo bem. A turma dos soldados aderiu ao projeto dessa formatura, começando a fazer o pagamento diretamente ao soldado encarregado pelas finanças. Entretanto, o problema começou quando o querido amigo tempo foi passando e todo esse esquema acabou não sendo devidamente formalizado perante o reino.

Com isso, na hora de organizar a festa junto aos fornecedores, o grupo de soldados encarregado por esse grande evento não conseguiu oficializar nenhum dos pergaminhos (contratos) para garantir o jardim e o banquete, tendo de devolver todas as moedas aos seus companheiros. Isso aconteceu porque nenhum dos prestadores de serviços queria oficializar um serviço com jovens guerreiros que diziam ter a quantia suficiente para pagar, sem nenhuma outra garantia.

Assim, os fornecedores disseram que somente assinavam pergaminhos com grupos que eram registrados perante o reino (associação registrada), com uma constituição própria (estatuto) e que possuíam o selo real de aprovação (CNPJ), o que poderia ter sido facilmente resolvido caso tivessem procurado o assessoramento de juristas "especializados" da própria Unidade dos Fortes Guerreiros (UFG).

Esses pequenos contos aqui narrados mostram situações cotidianas que acontecem com os mais variados nobres e plebeus de nosso reino diariamente. O que podemos concluir, após ver os finais (não tão felizes) das histórias de nossos irmãos, é que uma assessoria jurídica legendária é capaz de evitar que vilões e dragões vençam nossas batalhas ou estraguem nossos planos.

Redação feita pelos Legends Fernanda Luiza Leal Rosa, João Carlos Machado e João Pedro Gonçalves e Silva.



BRINCAR DE ÍNDIO

Mas nos deram espelhos e vimos um mundo doente.
Índios (Legião Urbana)

Não parece brincadeira que violamos corpo e mente de todas essas gentes para roubar madeira?

Não é louco como o verde é mata, mas o verde foi morto? Como só chamamos de povo quem se parece conosco?

Não é divertido desterrar nativos e virarmos donos de toda terra em que pisamos

sem ser proibido?

Não vê a graça de espalharmos doença e forçarmos a crença entre a cruz e a espada, o fósforo e a cachaça?

Não é engraçado ser o civilizado e chamar de atrasado quem sabe da história?

E que história é essa de ter direito, se quem abre a boca morre primeiro?

Não é brincadeira falar, no Congresso, em ordem e progresso, igual à bandeira? Mas ordem de quem?

Progresso para quem? Quando o assunto é terra, estão todos em guerra mas não ganha ninguém.

Só percebemos depois, que a aldeia sumiu e até dois mil e dois nem plena capacidade se viu.

De tanto brincar, o espelho quebrou em quinhentos anos de azar: a madeira acabou, o fogo aumentou, o garimpo lucrou, o capim cresceu, o cacique morreu, não tem mais par.

HORÓSCOPO JURÍDICO

por Astrogildo Tralaça

Novosemestre, novas previsões jurídicas! O que será que os astros reservam para você neste novo início, aluno da FD? Estudos, amor, amizade, estágio, pesquisa, festas, ônibus lotados? Não se preocupe, o Astrogildo vem hoje ser a luz na vida mais do que conturbada dos universitários.



ÁRIES: Você tem percebido um cansaço e estresse maior do que o normal ultimamente, não é ariano? Apesar de já ser estressado por natureza, você sabe que algo está fora da curva. Sem essa de culpar só o mercúrio retrógrado por isso: às vezes, tudo o que você precisa é de um pouco de coragem para pedir demissão daquele estágio que te dá burnout. Cuidado com o excesso de tarefas que acumula!



TOURO: Tem sido uma jornada e tanto nesses últimos meses, não é mesmo? Sei que sua síndrome de impostor, apesar dos seus melhores esforços para combatê-la, vive voltando para tentar te convencer de que você não é bom o suficiente. Mas saiba de uma coisa, taurino: os astros estão se alinhando para que seus sonhos se realizem – vem aí aquela aprovação na OAB ou no tão sonhado concurso. Para quem tem pensamento forte, o impossível é só questão de opinião.



GÊMEOS: Mercúrio retrógrado tem sido difícil para você nos últimos tempos, mas acredite: os dias de glória estão por vir. Desde que você largue esse vape, é claro. É preciso ter pulmão para viver os dias de glória. No amor, bom momento para investir naquele crush que você vê passar nos corredores, mas que nunca conversou. Uma curtida nos stories, às vezes, fala mais que mil palavras.



CÂNCER: Bom momento para começar coisas novas, canceriano. Que tal uma iniciação científica ou aquele estágio bem diferente do lugar onde você esteve todo esse tempo? Abra seus horizontes ao inesperado, pois boas surpresas podem te aparecer. No âmbito dos relacionamentos, é essencial que você foque no amor próprio por enquanto: pare imediatamente de tratar esse ficante como se vocês namorassem e veja a mágica acontecer.



LEÃO: Se até o final do semestre você conseguir fazer um trabalho sem usar o ChatGPT, grandes oportunidades virão. Esse conhecimento será importante em um futuro próximo. No mais, confie na sua intuição. Às vezes, para aquelas perguntas que você tanto busca solução você já sabe a resposta, e os sinais que você tanto pede estão bem debaixo do seu nariz!



VIRGEM: Que tal reduzir um pouco esse perfeccionismo, virginiano? Trabalhos em grupo têm sido testes de paciência para você (e tá tudo bem admitir que você falhou em todos), nem sempre tudo sairá como você deseja e você precisa aprender lidar com isso. Às vezes o estresse não vale a pena! Poupe sua energia para os próximos trabalhos, você irá precisar para conseguir sobreviver ao semestre.



LIBRA: Alguns clichês podem ser irritantes, eu sei, mas você pode sim encontrar o amor quando menos esperar. É isso mesmo, o amor está no ar, libriano! É hora de você ficar atento à sua volta, o amor da sua vida pode estar pelos corredores da FD, ou na sala ao lado, talvez sentando em um dos sofás próximos a você no CAXIM ou até mesmo almoçando na mesma mesa que você no RU. Abra o coração para as novas experiências, você só tem a ganhar!



ESCORPIÃO: A falta de motivação não é razão para você continuar postergando os seus estudos e trabalhos. Você sempre consegue entregar tudo nos prazos corretos apesar de deixar para fazer nos 45 minutos do segundo tempo, mas uma hora o tiro sairá pela culatra! Pare de deixar para fazer depois e tenha um pouco mais de disciplina, a satisfação de fazer tudo com tranquilidade será maior.



SAGITÁRIO: O estágio e a faculdade estão tomando muito do seu tempo, não é? Cuidado! Não se esqueça dos seus hobbies e não subestime a capacidade deles de suavizar a tensão do cotidiano, às vezes tudo o que você precisa é de uma válvula de escape e tá tudo bem! Você não é uma máquina, lembre-se disso.



CAPRICÓRNIO: Se preocupar com o futuro é normal, mas ultimamente você tem pensado demais sobre isso, deixando de viver o presente. Não deixe isso acontecer! Aproveite os momentos com os amigos, saia com eles para comer mais vezes na lanchonete da praça nos intervalos entre as aulas ou apenas para focar no CAXIM. Curta o tempo com a sua família ou com aqueles que são tão importantes para você quanto. "O ontem é história, o amanhã é um mistério, mas o hoje é uma dádiva. É por isso que se chama presente."



AQUÁRIO: Você, aquariano, já deve estar cansado da música "Aquariano Nato" (ou não, pois acaba sendo um infeliz chiclete na cabeça). Você está adorando esse momento de liberdade na sua vida, não é? Por isso, pode ficar despreocupado com aquilo que você enxerga como limitações dentro de um relacionamento, até porque não haverá um. Tente focar em outras áreas da sua vida, a matéria acumulada não irá parar de aumentar se você não se sentar na cadeira para estudar.



PEIXES: Nem pensar em contar com a sorte para não reprovar por falta nesse semestre, pisciano (assim você vai acabar reprovando mesmo e seu índice de prioridade vai de arrasta pra cima). Agir sem pensar nas consequências é dar brecha para o azar astrológico, e isso vai se aplicar também a sua vida amorosa, então tome cuidado com as tentações. Vem pra faculdade logo, faz 1 mês que ninguém te vê!

UTILIDADE - atendimentos psicológicos gratuitos e com valores sociais

Atendimentos psicológicos gratuitos são feitos pelas clínicas escolas das universidades. Na maioria delas, o atendimento é feito por alunos dos últimos períodos da faculdade de psicologia. Informe-se abaixo e, caso precise, não hesite em procurar atendimento. Há vagas para adultos, crianças e adolescentes. Nas clínicas escolas costuma ser necessário se cadastrar meses antes do atendimento, então fique atento.

Programa Saudavelmente UFG
Esq. com Pça. Universitária, Av. das Nações Unidas - Setor L. Universitário, Goiânia/GO
(62) 3209-6243

Centro de Psicologia Aplicada - UNIP
Rodovia BR 153, Goiânia/GO
(62) 3281-8581

Clínica Escola da UFG
Rua 235, nº 575, Setor L. Universitário, Goiânia/GO
(62) 3209-6298.

CEPSI - Centro de estudos, Pesquisas e Práticas Psicológicas (PUC - Goiás)
R.232, nº128, Setor L. Universitário, Goiânia/GO
(62) 3946-1198 / (62) 3946-1249

Além dos atendimentos gratuitos, as clínicas abaixo oferecem valores sociais. Ligue para se informar, solicitando a opção do valor social.

Armazém de Dentro
R. 118, nº 303, Setor Sul
(62) 3922-3902 / 98163-7514

Instituto Goiano de Análise do Comportamento
Rua 24, 241 - St. Marista (62) 3223-9896

Sociedade Goiana de Psicodrama
R. 7-A, 165, St. Aeroporto. (62) 3941-9033

Instituto de Atendimento Terapêutico
Rua 1128, nº 165, St. Marista
(62) 3941-9798

Instituto Olhos da Alma Sã
Al. Paraná, 1203, Setor Jaó, Goiânia/GO
(62) 3204 2565

Instituto Skinner
Rua 17-A, nº 1426,
Qd. 32-A, It. 04 - Aeroporto, Goiânia/GO
(62) 3609-0942

Rede de Psicologia
Rua 36, nº 306, Marista, Goiânia/GO
(62) 3922-3204/98111-4882

HURRICANE: UM ERRO JUDICIAL CANTADO

*"How can the life of such a man
Be in the palm of some fool's hand?
To see him obviously framed
Couldn't help but make me feel
ashamed to live in a land
Where justice is a game"*

Eu cresci ouvindo "Hurricane", do Bob Dylan, no carro que meus pais tinham na minha infância. Naquela época, eu pensava que essa música era muito longa e a voz do cantor era muito monótona, e não fazia muito caso dela, preferindo outras, que fossem mais animadas e mais curtas. Foi só depois de anos, já mais velha, que eu passei a realmente apreciar essa faixa, e - me envergonho um pouco em admitir - somente neste ano, já adulta, que eu fui atrás de saber a letra por trás. Não é exagero dizer que, a partir daí, tive épocas em que eu a ouvia todos os dias, alguns, duas vezes: uma indo e outra voltando do trabalho.

E não é para menos: trata-se de uma história inacreditavelmente verídica, contada de uma maneira que só o Bob Dylan consegue. Ela aborda como as investigações policiais de dois homicídios consumados é uma tentativa, ocorridos num bar em Paterson, Nova Jersey (EUA), levaram à incriminação e condenação de um homem preto inocente, Rubin Carter.

Dylan tece críticas acerca do racismo nos Estados Unidos dos anos 70, e de como esta estrutura afigura-se como baluarte da sociedade de tal forma que, ainda que Carter fosse inocente, ele jamais teve uma chance no júri. Nem mesmo as pessoas pretas acreditavam em sua inocência. Afinal, ele era um lutador de boxe, pobre, e já havia sido incriminado anteriormente por outros fatos. Ele não era nenhum "Gentleman Jim" (1942).

A época do álbum "Desire", no qual se encontra a faixa, 1976, Carter já estava

encarcerado há dez anos, e ficaria mais nove antes de o erro judicial que levou à sua condenação ser finalmente reconhecido pela Justiça como, de fato, um erro.

Embora a reflexão de Bob Dylan tenha sido, à época, mais sociológica do que jurídica, chama especialmente a atenção da pessoa estudante de direito as referências ao aparato estatal contidas em "Hurricane", principalmente quanto às investigações policiais e ao instituto do júri.

A falibilidade dos testemunhos por meio de reconhecimento pessoal é um ponto marcante na história de Rubin Carter. Mais do que qualquer outro meio de prova, o procedimento pode levar a erros e absurdos no mundo jurídico. E isso a gente vê na prática trabalhando na área criminal, basta um pouco de senso crítico.

Ainda que esses erros não se deem da forma como ocorreu na história de Rubin Carter, ou seja, através de um reconhecimento propositalmente errôneo, fato é que a memória humana pode ser igualmente traira e, mesmo sem querer, uma testemunha pode acabar criando provas contra alguém inocente. Neste ponto, recomendo aos penalistas e pessoas interessadas no assunto, em geral o livro "Testemunhando a Injustiça", de George Marmelstein, um juiz federal brasileiro.

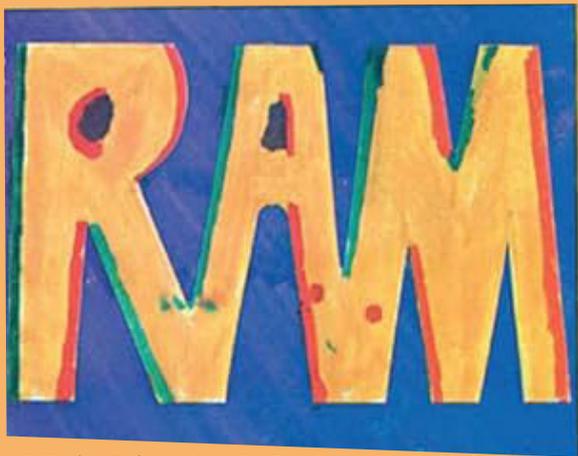
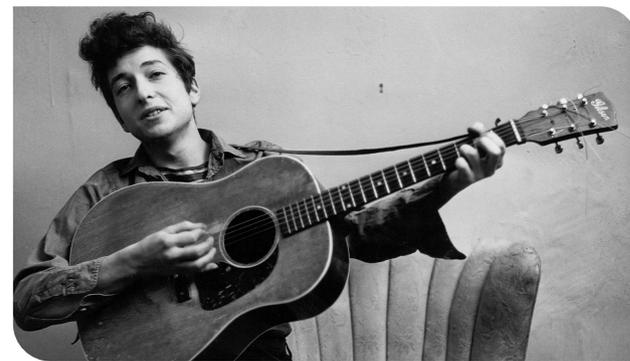
O polêmico instituto do júri também não escapa ao olhar atento do nosso querido vencedor do prêmio Nobel de Literatura, e Dylan faz questão de ressaltar que o júri que condenou Rubin Carter era inteiramente branco. Mais do que um erro somente da equipe policial, ele deixa bem claro que aquela sociedade, que compunha aquele "Conselho de Sentença" era conivente com falsos testemunhos e com a condenação de homens pretos sem qualquer prova contundente. Uma sociedade

marcadamente racista jamais poderia formar um júri que fizesse Justiça para pessoas não brancas.

O julgamento foi, em suas palavras, um "pig-circus" (circo de porcos), ou seja, uma farsa, uma manipulação dos fatos para que se chegasse ao resultado pretendido desde o início. Isso porque as testemunhas do crime eram justamente seus verdadeiros autores, e a mídia desempenhou um papel igualmente alçoz dos réus. De fato, Rubin nunca teve uma chance.

Mas essas são apenas as minhas reflexões sobre a canção, dentre muitas outras que podem ser feitas, e que certamente não cabem em um texto com limite de caracteres. Convido todos, então, a ouvir essa jóia, essa preciosidade do folk-rock estadunidense, que nos faz chorar, pensar e sentir raiva. Tudo isso em curtos oito minutos e trinta e quatro segundos embalados em um violino marcante e uma gaita inigualável, do jeito que só Bob Dylan é capaz de fazer.

Ana Clara Chagas, graduanda em Direito pela Universidade Federal de Goiás e integrante da equipe editorial do Folhetim.



RAM (1971), de Paul McCartney e Linda McCartney

Nascida em Liverpool, a banda formada por John Lennon, Paul McCartney, George Harrison e Ringo Starr, os Beatles, foi um marco na música e na cultura, sendo pioneira em várias técnicas de produção, composição e também ideias, fazendo filmes e animações para acompanhar seus trabalhos. Eu lembro das conversas com meu primo indicando os Beatles, dissecando sobre suas fases e seus álbuns, sua história e seus membros. O grupo sempre esteve nas minhas playlists e não à toa foi o primeiro disco da minha coleção de vinis, tendo seu valor na minha memória e também na história. A banda foi um estrondo na época, lotando diversos shows em todo o globo, a fama era tanta que intitularam o fenômeno de beatlemania (seria a primeira boy band da história?).

O quarteto se separou com a morte do empresário que os acompanhou desde o primeiro disco, além da iminente saída de Paul da banda, sem contar o conflito de egos entre os membros e diversos outros fatores. Mesmo com um final indesejado, é interessante observar

como cada membro prosseguiu com a carreira solo. Já conhecia um pouco da carreira solo do John e do George, e nunca tinha explorado os discos do Paul. O segundo álbum da sua carreira solo, RAM (1971) chamou minha atenção com a capa toda colorida à mão, uma fotografia do ex-Beatle ao lado de um carneiro, fugindo do clássico terno e cabelo; e se tornou minha obsessão por meses, permanecendo no repeat dos meus fones, da primeira até a última música.

Depois de lançar um álbum produzido em segredo durante as gravações do disco Let It Be (último trabalho da banda), o "McCartney" de 1970 não foi muito bem recebido pela crítica, foi um disco insólito e diferente, com Paul tocando todos os instrumentos presentes nas músicas como forma de expurgar aquelas melodias que compôs e que não encaixaria na discografia dos Beatles. Já em RAM, ele traz de modo equilibrado toda a experimentação do primeiro álbum solo e a lírica já vista em suas canções conhecidas. Afastado da correria constante da cidade, o músico traz um pouco da leveza e tranquilidade que viveu ao compor em sua fazenda na Escócia na companhia de sua família.

Aqui Paul utiliza de jazz, folk, country, rock e tudo mais para se expressar, e faz do álbum necessário para definir sua carreira solo. O que me encantou em RAM não foi a complexidade ou a inovação, Paul faz harmonias complexas e letras intrínsecas, da maneira mais simples e cativante, usando violões, pianos ecoados e um ukulele suave. Paul usa o básico para expressar o complexo, com grandes melodias para celebrar pequenos prazeres.

Além do Ex-Beatle, o álbum também é o único assinado por sua esposa, a fotógrafa Linda McCartney. Linda, mesmo não sendo musicista profissional, marca grande presença durante a

produção do disco e consegue deixá-lo ainda mais expressivo com seus vocais que aparecem pontualmente durante as músicas.

Bom, na época esse álbum também não foi bem recebido, foi posto como indiferente e "esquecível". Hoje em dia, ele tem seu potencial reconhecido, justamente por todos os motivos que foi criticado: o "feijão com arroz" bem feito. Muitos ainda o consideram o precursor do gênero Indie. Não o Indie apenas como autonomia em relação às gravadoras, mas o Indie como gênero musical. O que muitos artistas fazem hoje de fugir dos ritmos e harmonias melódicas para compor algo mais intimista e alternativo, McCartney se dedicou a tal ato anos antes de se estabelecer o termo.

Claro, RAM conta com indiretas a todos os Beatles e principalmente a John, em Too Many People, ao dizer "muitas pessoas pregando práticas, não deixe-as dizer o que você quer ser". George e Ringo também não fugiram das pontadas, em 3 Legs Paul deixa claro como a banda não funcionaria com apenas três membros. Sobre o disco, Lennon até diz que curtiu e que gosta como ambos artistas se "incentivam" a lançar músicas cada vez melhores, já Ringo diz que ficou preocupado com Paul, achou o álbum estranho e sem nenhuma música boa.

O disco é gostoso de ouvir, são 43 minutos bem amarrados e suaves que se passam como vento. Entre todas do álbum, Ram On e Heart of the Country entram como minhas favoritas, Paul McCartney consegue te transportar para toda calma e tranquilidade de um campo bucólico. RAM (1971) é a melhor forma de conhecer Paul, um artista renomado se renovando.

Kaio Giovani, graduando em Direito pela Universidade Federal de Goiás e integrante da equipe editorial do Folhetim.

PROCURADOR FEDERAL

por Tomaz Adôrno

Nesta edição, em sua tradicional coluna de Carreiras Jurídicas, o Folhetim XI de Maio traz aos leitores a perspectiva de um profissional essencial da advocacia pública brasileira: o procurador federal. O entrevistado, Dr. Tomaz Adôrno, se formou em Direito em nossa amada Universidade Federal de Goiás no ano de 1993, tendo sido aprovado em 1º lugar no concurso para Procuradoria Federal da Advocacia Geral da União no ano de 1997, aos 25 anos. Ao longo dessas décadas de atuação, assumiu diversas funções, dentre elas as de procurador-chefe da Procuradoria Federal no estado de Goiás, membro do Comitê Nacional de Gestão a Procuradoria Geral Federal, membro de Programa de Proteção ao Nome e Imagem das Autarquias e Fundações Públicas Federais e coordenador regional de matéria finalística da 1ª Região.

É com muito prazer que, enquanto redatora encarregada dessa entrevista, digo que em seu extenso currículo também se encontra a função de ser meu pai, e que esta, acima de todas, tem sido exercida com esplendor. Com isso, dado o objetivo de trazer à comunidade acadêmica um pouco da realidade profissional de uma tão fundamental carreira jurídica do ponto de vista de um procurador federal com grande bagagem e experiência, vamos enfim às perguntas:

1 - O que faz um procurador federal?

Os Procuradores Federais representam os interesses das autarquias e fundações públicas federais perante o Poder Judiciário. Também realizam atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, auxiliando a administração em licitações, contratações, assuntos disciplinares, etc. Ainda, é atividade dos Procuradores Federais a inscrição, cobrança dos créditos e execução da dívida ativa dos entes públicos representados.

2 - Como surgiu a Advocacia-Geral da União? Quais áreas ela abrange?

A Advocacia-Geral da União foi criada pelo art. 131 da Constituição Federal de 1988, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993. Antes da CF/88, a representação e consultoria da União, bem como de seus entes, estava pulverizada entre Ministério Público Federal, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (causas fazendárias e fiscais), as Consultorias Jurídicas dos Ministérios, as Procuradorias e Departamentos Jurídicos de autarquias federais. A criação da AGU veio para dinamizar e uniformizar essa representação, estando hoje dividida nos seguintes grandes ramos: Procuradoria-Geral da União (representa a administração direta); Consultoria-Geral da União (consultivo e assessoramento do executivo); Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (representação, consultoria e assessoramento em matéria tributária e fiscal); Procuradoria-Geral Federal (representação, consultoria, assessoramento e cobrança das autarquias e fundações públicas federais) e Procuradoria-Geral do Banco

Central, que realiza atividades específicas junto ao Banco Central do Brasil. É bom dizer que a LC 73/93 se encontra atualmente desatualizada, não contemplando a estrutura atual de funcionamento da AGU. Cite-se, por exemplo, que a criação da Procuradoria-Geral Federal remonta ao ano de 2002, não tendo ocorrido a atualização daquela Lei Orgânica até hoje.

3 - Você já atuou em algum caso emblemático? Pode citar alguns momentos que te trouxeram mais gratificação pessoal, quais sejam, em que sentiu orgulho do seu papel enquanto procurador federal?

Em 26 anos de efetivo exercício, acabamos vendo e fazendo muita coisa. Devido à atuação diversificada que a carreira de procurador federal proporciona, todos nós temos pelo menos uma história interessante para contar. Me recordo de haver conseguido, em um despacho com magistrado, o indeferimento de uma liminar que, na prática, iria causar um caos na aviação comercial brasileira nos dias que antecediam o início da Copa do Mundo no Brasil em 2014. Foi preciso uma atuação conjunta com outros colegas e com técnicos para demonstrarmos ao judiciário o risco que envolvia a concessão da liminar. Foi muito gratificante saber que, anonimamente, contribuimos para o sucesso do evento. Também atuei em um caso de reintegração de posse de uma comunidade quilombola. Um fazendeiro rico e poderoso na região havia invadido as terras da comunidade mediante graves ameaças. Fui procurado pessoalmente por representantes do quilombo e atuamos, em conjunto com a Fundação Cultural Palmares, para restituir as terras aos seus legítimos donos que, embora sejam hipossuficientes, não estão sem voz nem proteção. Foi muito gratificante. Além disso, foi muito engrandecedor, do ponto de vista pessoal e profissional, participar de uma força-tarefa que combateu o uso predatório dos nomes e marcas das autarquias e fundações públicas federais. Esse grupo, em período eleitoral, combateu a apropriação indevida por candidatos dos nomes, marcas e símbolos de entes federais para fins de autopromoção, o que acabou culminando com uma decisão favorável ao nosso pleito pelo Tribunal Superior Eleitoral em um recurso por nós redigido e que acabou por influenciar todos os registros de candidatura dali em diante.

4 - Em dezembro de 2024, você completou 27 anos de carreira. O que mais te agrada na sua profissão? Qual a lição mais valiosa que aprendeu nessa longa jornada?

O que mais me agrada é saber que trabalhamos todos os dias para garantir que as políticas públicas sejam implementadas

em favor do cidadão brasileiro. Seja defendendo o erário em uma execução fiscal ou defendendo um projeto que pode levar energia para os cantos mais remotos do nosso país, é muito bom saber que o nosso trabalho impacta positivamente na vida do cidadão. A atuação em diversas áreas (da previdência social ao registro de patentes; da energia nuclear ao espaço), nos exige estudo e, por consequência, um aprendizado constante. Gostamos de brincar que na nossa carreira não existe monotonia. Acredito que a lição mais valiosa que aprendi durante esses anos foi que, não importa o que você faça, dê sempre o seu melhor, pois seus atos impactam a vida de outras pessoas e a sua própria.

5 - Ouço sempre de você que ser aprovado no concurso para procurador, ainda que fosse um estudioso assíduo, foi uma jornada desafiadora. Enquanto ex-aluno e ex-professor, quais dicas você dá aos estudantes que ainda estão cursando e pretendem também passar em um concurso público concorrido?

Se eu puder dar um conselho, seria: participar de concursos não é uma corrida de 100 metros rasos. É uma maratona. Requer persistência, sacrifício, disciplina e muita resiliência. O conhecimento jurídico tende a se acumular com o tempo, então esteja psicologicamente preparado para os insucessos no início da jornada. Com o tempo, você se verá acertando mais questões, avançando fases e, no final, conseguindo a almejada aprovação. Vence quem não desiste. Finalmente, deixo aqui a todos os acadêmicos meus sinceros votos de sucesso e meus agradecimentos pelo pedido de entrevista. Me senti muito honrado em compartilhar minha história e minhas impressões com vocês!

Júlia Mota, graduanda em Direito pela Universidade Federal de Goiás e integrante da equipe editorial do Folhetim.

